

FACULDADE NOVOS HORIZONTES

Programa de Pós-Graduação em Administração
Mestrado

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVA DE CRÉDITO:
variáveis comportamentais na propensão de endividamento de
seus cooperados**

Alex Lima Rocha

Belo Horizonte
2015

Alex Lima Rocha

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVA DE CRÉDITO:
variáveis comportamentais na propensão de endividamento de
seus cooperados**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novos Horizontes, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva

Linha de Pesquisa: Tecnologias de Gestão e Competitividade

Área de Concentração: Organizações e Estratégia

Belo Horizonte
2015

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Declaro ter procedido à revisão da dissertação de mestrado "EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVA DE CRÉDITO: variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados", de autoria de Alex Lima Rocha, sob a orientação do Professor Doutor Wendel Alex Castro Silva, apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Administração da Faculdade Novos Horizontes – Área de Concentração: "Organização e Estratégia".

Dados da revisão:

- Correção gramatical
- Adequação do vocabulário
- Inteligibilidade do texto

Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2015.


Afonso Celso Gomes
Revisor

Registro LP9602853/DEMEC/MG
Universidade Federal de Minas Gerais



**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO
DA FACULDADE NOVOS HORIZONTES**

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Organização e Estratégia

MESTRANDO(A): **ALEX LIMA ROCHA**

Matrícula: 770539

LINHA DE PESQUISA: Tecnologia de Gestão e Competitividade

ORIENTADOR(A): Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva

TÍTULO: **EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM COOPERATIVA DE CRÉDITO: variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados.**

DATA: 12/02/2015

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wendel Alex Castro Silva
ORIENTADOR
Faculdade Novos Horizontes

Prof.ª Dr.ª Nathalia de Fatima Joaquim
Faculdade Novos Horizontes

Prof.ª Dr.ª Cristiana Fernandes De Muylder
FUMEC

À minha esposa, Marianne, pelo apoio e carinho; aos meus filhos, Júlia e Pedro, por todo amor; e à vida que vivo.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Wendel Alex Castro Silva, pela dedicação, compreensão, presença e orientações, sem as quais seria impossível realizar esta pesquisa.

Aos professores do mestrado da Faculdade Novos Horizontes, pela competência em ministrar o curso.

À amiga Bia, por toda ajuda dedicada aos alunos; à secretária acadêmica, Wânia, pela dedicação total a esta instituição.

Às amigas que fiz nesta academia, em especial aos amigos Antônio Martinho, Alan e Ramon Peres, que sempre estiveram presentes nos debates.

Aos meus pais, Algeci e Suely, e aos meus irmãos, Leo e Xande.

Aos irmãos do cooperativismo.

À Faculdade SENAC, pelo Incentivo à Qualificação, com o qual pude concretizar esta conquista.

À Cooperativa de Crédito Suggar, pela disponibilidade, na figura do seu gerente.

Aos participantes da pesquisa, que disponibilizaram seu tempo para responder aos questionários. Vocês foram fundamentais.

Aos grandes amigos, presentes e ausentes, em minha vida. Aqui, não teria como citar todos. Por isso, agradeço a vocês por rezarem e torcerem por mim.

“Não vos preocupeis, pois, com o dia de amanhã: o dia de amanhã terá as suas preocupações próprias. A cada dia basta o seu cuidado”.

Livro de Mateus, capítulo 6, versículo 34.

RESUMO

O objetivo deste estudo consistiu-se em investigar e analisar a influência dos distúrbios relacionados a finanças no perfil de endividamento pessoal dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos funcionários do Grupo Suggar Ltda. Foi realizado um estudo de caso, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, cujos dados foram coletados por meio de *Survey*. No que tange às características dos distúrbios financeiros a partir da abordagem de Klontz e Klontz, com relação à avaliação da rejeição ao dinheiro, verificou-se que o maior nível de concordância foi obtido na afirmação de que as coisas seriam melhores se os entrevistados tivessem mais dinheiro. Notou-se que os pesquisados tendem a não concordar com os itens da rejeição ao dinheiro, por conseguinte as características não influenciam o endividamento dos cooperados. Dentre os itens utilizados para mensurar a adoração ao dinheiro a partir da média obtida, percebeu-se que os pesquisados tendem a concordar que inferem ao dinheiro uma importância desproporcional, o que, por conseguinte, pode influenciar o endividamento dos cooperados. No quesito avaliação do item distúrbios financeiros relacionais, os entrevistados concordam que os pais podem criar uma dependência financeira, no momento que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos, corroborando com as pesquisas de Klontz et al. ao afirmar que o dinheiro possui relação com comportamentos desordenados capazes de impedir o progresso em direção às metas financeiras. Contudo, para os outros entrevistados não existe relação direta dos distúrbios financeiros relacionais, cujas características são facilitação e dependência financeira. Na avaliação do item estilo de vida financeira, os dados levantados demonstraram que os depoentes concordam que o quesito “dívida gerando dívida” pode contribuir para o estresse financeiro. Esse resultado vem ao encontro da pesquisa realizada por Slomp ao afirmar que um fator que tem contribuído para o alto nível de endividamento no Brasil é a elevação do crédito e o estímulo ao consumo, criando com isso um problema de cunho social denominada “sociedade de consumo”. Concluiu-se também que o processo de alfabetização financeira no Brasil ainda é incipiente por parte das entidades públicas e privadas, o que leva o indivíduo a tomar decisões financeiras equivocadas.

Palavras-chave: Cooperativa; Distúrbios financeiros; Endividamento Pessoal; Perfil de endividamento.

ABSTRACT

The objective of this study consisted in investigating and analyzing the influence of disorders related to finance the profile of personal debt of the cooperative members of Mutual Credit Union employee of Suggar Group Ltda. We conducted a case study, quantitative and descriptive approach, whose data were collected through Survey. Regarding the characteristics of financial disturbances from the Klontz and Klontz approach, regarding the evaluation of rejection of money, it was found that the highest level of agreement was obtained in the statement that things would be better if the respondents had more money. It was noted that respondents tend to disagree with the items in the rejection of money, resulting features not influence the indebtedness of members. Among the items used to measure the worship of the money obtained from the average, it was noted that respondents tend to agree that the money infer a disproportionate importance, which therefore may influence the indebtedness of members. On the issue of evaluation of relational financial disturbances item respondents agree that parents can create a financial dependence, when not discuss the functioning of the money to the children, confirming the research Klontz et al stating that the money own relationship with disorderly conduct capable of preventing the progress toward financial goals. However, for the other respondents there is no direct relationship of relational financial turmoil, the characteristics of which are facilitating and financial dependence. In assessing the item style financial life, the data collected showed that the respondents agree that the Question 'debt generating debt' can contribute to financial stress. This result is in line with the research conducted by Slomp, stating that a factor that has contributed to the high level of debt in Brazil is the credit increase and the stimulating consumption, thus creating one called the social nature of problem 'consumer society'. It is also concluded that the process of financial literacy in Brazil is still incipient by public and private entities, which leads the individual to take wrong financial decisions.

Key Words: Cooperative; Financial problems; Personal debt; Debt profile.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional
BACEN - Banco Central do Brasil
BANCOOB - Banco Cooperativo do Brasil
BB – Banco do Brasil
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEF – Caixa Econômica Federal
CECREMGE - Central das Cooperativas de Economia e Crédito de Minas Gerais
CMN - Conselho Monetário Nacional
COOPERE - Cooperativa Educacional de Resende (RJ)
COPETRO – Cooperativa de Crédito Mútuo dos Petroleiros no Estado de Minas Gerais Ltda.
CRESOL - Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EF - Educação Financeira
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FCR - Fundo de Crédito Rotativo
FGS - Fundo Garantidor do Sicoob
HSBC - Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
OCE - Organização das Cooperativas Estaduais
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEMG - Organização e Sindicato das Cooperativas de Minas Gerais
PAC – Posto de Atendimento Cooperativo
PEA - População Economicamente Ativa
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SICOOB - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob)
SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo Brasileiro
SPSS – Statistical Package for The Social Science
SINDIPETRO - Sindicato dos Petroleiros

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Estrutura da Estratégia Nacional de Educação Financeira	31
FIGURA 2	Diagrama de caminhos.....	68
FIGURA 3	Modelo Final.....	71
QUADRO 1	Princípios e recomendações da Ocde sobre educação financeira.....	26

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- Distribuição dos entrevistados segundo a faixa etária.....	56
TABELA 2	- Distribuição dos funcionários pesquisados em relação ao número de filhos.....	57
TABELA 3	- Distribuição dos entrevistados segundo a escolaridade.....	57
TABELA 4	Distribuição dos entrevistados segundo tempo de atuação na empresa.....	58
TABELA 5	- Distribuição dos entrevistados segundo tempo de associação à cooperativa.....	58
TABELA 6	- Média e IC 95% para os itens da rejeição ao dinheiro.....	61
TABELA 7	- Média e IC 95% para os itens da adoração ao dinheiro.....	63
TABELA 8	- Média e IC 95% para os itens dos distúrbios financeiros relacionados.....	64
TABELA 9	- Média e IC 95% para os itens do estilo de vida financeira.....	65
TABELA 10	- Modelo fatorial.....	69
TABELA 11	- Medidas de qualidade do Modelo Estrutural.....	72
TABELA 12	- Sumário dos resultados do modelo de equações estruturais.....	74

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Objetivos	19
1.1.1	Objetivo geral.....	19
1.1.2	Objetivos específicos.....	19
1.2	Justificativa e relevância do estudo	20
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	Educação financeira.....	23
2.2	Educação financeira no Brasil.....	27
2.3	Finanças pessoais.....	32
2.4	Endividamento	34
2.5	Endividamento e comportamentos financeiros problemáticos.....	35
2.6	Estudos empíricos e resumo das principais pesquisas	40
3	METODOLOGIA.....	46
3.1	Tipo de pesquisa quanto à abordagem	46
3.2	Tipo de pesquisa quanto aos fins	46
3.3	Tipo de pesquisa quanto aos meios	47
3.4	Unidade de análise	47
3.5	População, amostra e sujeitos de pesquisa	48
3.5.1	Tamanho da amostra.....	49
3.6	Coleta de dados	50
3.7	Análise de dados	50
3.8	Cooperativa em estudo.	53
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	56
4.1	Caracterização da amostra	56
4.2	Análise Exploratória	59
4.2.1	Características dos distúrbios financeiros a partir da abordagem de Klontz e Klontz.....	59
4.2.1.1	Identificação e tratamento de Missings.....	59
4.2.1.2	Identificação e tratamento de Outliers.....	59
4.2.1.3	Caracterização das variáveis latentes	60
4.2.1.4	Avaliação da rejeição ao dinheiro	61
4.2.1.5	Avaliação da adoração ao dinheiro.....	62
4.2.1.6	Avaliação do item distúrbios financeiros relacionais	64
4.2.1.7	Avaliação do item do estilo de vida financeira	65
4.2.1.8	Avaliação do item de propensão em se adquirir dívida	66
4.3	Características comportamentais financeiras do modelo em relação a propensão de assumir risco de endividamento.....	67
4.3.1	Modelo de equações estruturais	67
4.3.2	Hipóteses de estudo.....	67
4.3.4	Diagrama de caminhos	68
4.4	Características comportamentais dos cooperados que influenciam o endividamento pessoal.	68
4.4.1	Modelo de mensuração.....	69
4.4.2	Modelo estrutural.....	70

5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
	REFERÊNCIAS	80
	APÊNDICES.....	85

1 INTRODUÇÃO

Destacadamente, a década de 1980, foi marcada no Brasil por eventos na economia que influenciaram o comportamento do consumidor brasileiro e suas decisões financeiras. Cita-se como exemplo o problema da inflação, que contribuía para o círculo vicioso econômico, forçando o indivíduo a consumir de forma rápida, a fim de evitar a remarcação dos preços. Na tentativa de recuperar o crescimento do País, logo após a queda da ditadura, foi implantado o Plano Cruzado. Paulatinamente, o País começou a recuperar as divisas estrangeiras, dando indícios à recuperação financeira (SOUZA, 2008).

O Plano Cruzado, todavia, não conseguiu estagnar de vez a inflação, acarretando nos anos seguintes inúmeros planos econômicos, que retraíam o poder de compra da população e afetavam diretamente os salários. Tais acontecimentos acarretaram na denominação da década de 1980 de 'década perdida', por Souza (2008).

Salienta-se que o Brasil transferiu entre 1980 a 1989, para o exterior, sob forma de juros, US\$ 150 bilhões. No mesmo período, a dívida externa elevou-se de US\$ 64 bilhões para US\$ 115,10 bilhões o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu apenas 2,9% por ano, menos da metade da taxa histórica de 7%. E, por fim, a concentração de renda subiu de 0,59% para 0,64%. O número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza aumentou de 29,5 milhões para 39,2 milhões. Enquanto isso, a participação do setor financeiro na renda nacional subiu de 7,8% em 1980 para 19,5% em 1989.

Um evento que marcou o início dos anos de 1990 foi a queda do presidente da República Fernando Collor de Mello, além da implantação de um novo modelo econômico, o Plano Real, resultando em uma mudança de atitude, aspecto considerado por Savoia, Saito e Santana (2007) como resultado das relações econômicas e sociopolíticas mundiais. Nesse sentido, a globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal reduziram o escopo e o dispêndio de seus programas de seguridade social, fazendo com que o Estado paternalista perdesse força para um Estado neoliberal SAVOIA, SAITO E SANTANA (2007).

No Brasil, antes da implantação do último modelo econômico adotado, os bancos e demais agentes de crédito tinham suas rendas pulverizadas, principalmente com receitas inflacionárias. Com o advento do Plano Real, houve um processo de desestatização da economia. Os bancos estaduais passaram a ser privatizados, influenciando a relação entre os tomadores de empréstimo e os agentes financeiros. Os agentes de crédito procuram no primeiro momento do Plano Real demandar crédito, para tentar auferir maior rentabilidade (DE PAULA; ALVES JUNIOR; MARQUES, 2001).

Diante da grande disponibilidade de crédito no mercado e da estabilidade econômica originada pelo Plano Real, as decisões financeiras dos tomadores e das famílias foram influenciadas no momento de aquisição do crédito. Em um processo inflacionário, as negociações de curto prazo eram a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

As decisões imediatistas de consumo e a não disseminação da cultura de poupança de longo prazo de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007) inverteram os papéis na cultura brasileira, em que certos ativos são mais idolatrados que os ativos de segurança, ou seja, os ativos fixos. Com a chegada da estabilidade, inverteram-se as premissas e os prazos foram ampliados progressivamente. Os ativos financeiros tornaram-se valorizados em relação a imóveis, terras e outros bens reais.

A partir da implantação do Plano Real, transferiu-se para o indivíduo a responsabilidade de prover e prever sua aposentadoria. O governo passou, então, a estimular os planos de previdência complementar. Entretanto, a população não possuía acesso às informações financeiras, limitando-se às informações que indicavam a decisão de investir em casa própria ou em outro ativo fixo (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). As decisões sobre poupar ou adquirir bens móveis se tornavam angustiantes, podendo gerar algum tipo de distúrbio, financeiro ou mental, que brevemente poderia trazer impacto à vida profissional e pessoal (KLONTS; KLONTS, 2011).

A população não estava preparada para dimensionar o nível de comprometimento do seu orçamento. Com isso, avançava com ímpeto ao crédito fácil, endividando-se. Ao buscar caminhos para restaurar o seu equilíbrio, os consumidores não mensuravam os riscos a que estavam expostos, elevando o círculo vicioso e desorientado de crédito, o que conduzia a inadimplência. Em razão das altas taxas de inadimplência, os empréstimos eram interrompidos e a economia reduzia a sua atividade (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Estudos desenvolvidos por Dean et al(2013) evidenciam que consumidores com menor escolaridade são mais vulneráveis a fontes menos favoráveis de crédito. Os autores salientam que os comportamentos negativos desenvolvidos em relação frente às dívidas com os cartões de crédito, quando se opta pelo crédito rotativo e pelo pagamento do valor mínimo da fatura, podem ser sinais facilmente identificáveis de questões relacionadas ao comportamento do consumidor ou a falta de educação financeira.

Nos últimos anos, um número crescente de iniciativas têm sido destinado a aumentar a alfabetização financeira dos jovens da América do Norte. No entanto, segundo Klontz et al (2011), estes esforços tendem a atingir populações tradicionais, não sendo destinada a tratar adequadamente dos fundos, da aprendizagem e das necessidades psicológicas de jovens em risco.

Nos Estados Unidos, o impacto das preocupações financeiras na saúde mental, em geral, tornou-se um tema popular entre os pesquisadores e profissionais da área financeira, As dívidas contraídas, segundo Archuleta et al (2013), exercem influência na elevação da ansiedade financeira dos jovens americanos.

Destaca-se que em outros países, principalmente Inglaterra e Austrália, as instituições financeiras, as empresas do terceiro setor, as escolas e o próprio governo estimulam a educação financeira, por meio das mídias tradicionais, sendo obrigatória a inclusão da disciplina Educação Financeira no currículo escolar da escola secundária (SAVOIA; SAITO; SANTANA 2007).

Savoia; Saito; Santana (2007) acreditam que o Brasil ainda não figura entre os países poupadores. Conseqüentemente, a política brasileira para a educação financeira está aquém das políticas adotadas por países desenvolvidos. O governo, incapaz de poupar e realizar os investimentos propulsores do crescimento, procurou, nos últimos anos, ampliar a oferta de crédito, para incentivar o consumo de bens e serviços e, assim, aumentar a produção (SOUZA, 2008).

A responsabilidade pela elaboração de programas de educação financeira foi relegada às entidades privadas brasileiras, que desempenham programas em seus ambientes virtuais para clientes e o público em geral, dentre as quais se destacam as Instituições Financeiras.

As cooperativas de crédito como parte destes agentes financeiros, foram as que mais obtiveram destaque nas últimas décadas, segundo o Banco Central (2010). Com a estabilidade econômica, a participação das cooperativas nas operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional saltou de 0,31% em 1994 para 2,13% em 2010.

Nas pesquisas realizadas, não foram encontrados registros de estudos que configurem a cooperativa como um agente educacional, fato intrigante, uma vez que, de acordo com seus princípios, o cooperativismo deve zelar pela educação de seus cooperados. Gimenes e Gimenes (2005) entendem que o cooperativismo apoia o desenvolvimento econômico e social, sendo, portanto, um sistema que possibilita o desenvolvimento integral do indivíduo e da própria coletividade.

As organizações cooperativas exercem atividades relevantes na sociedade, mobilizam uma grande quantidade de pessoas e geram empregos e recursos significativos, sem, contudo, ter como objetivo principal o lucro, mas sim o aumento econômico de seus associados. Dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), revelam que o ramo de crédito cooperativo totalizava cerca de 1.200 cooperativas em 2012, perfazendo um total superior a 4,6 milhões de associados com a geração de 33.900 empregos diretos e R\$ 66 bilhões em ativos (OCB, 2013).

É possível constatar a partir dos dados divulgados pela OCB (2013) a relevância das cooperativas de crédito, uma vez que realizam as operações básicas de um banco, como captar recursos e emprestá-los a um grupo de associados específicos, exercendo papel fundamental no controle da disfunção e no descontrole na tomada o crédito fácil, pois as rendas obtidas com os empréstimos são revertidas em prol dos seus cooperados (BRESSAN; BRAGA; BRESSAN, 2003).

Klontz e Klontz (2011) acreditam que o problema em administrar os recursos financeiros disponíveis fez com que os indivíduos mantivessem uma relação nociva com o dinheiro, trazendo à tona os distúrbios financeiros no cotidiano da vida das pessoas.

Na visão desses autores, as disfunções financeiras podem levar os indivíduos que não conseguem manter uma boa relação com o dinheiro a desenvolver distúrbios que, geralmente, são carregados ao longo de gerações. Acreditam, ainda, que existe a possibilidade de reprodução do padrão financeiro destrutivo aprendido pelo indivíduo no início de sua fase de socialização e observado na família em um contexto mais amplo (KLONTZ; KLONTZ, 2011). Ressaltam que o resultado do imobilismo da relação desequilibrada com o dinheiro desencadeia um sentimento da vergonha nos indivíduos que não conseguem manter uma relação saudável com o dinheiro (KLONTZ; KLONTZ, 2011). Esses autores relatam que os indivíduos sentiam vergonha pela situação financeira em que se encontravam. Consequentemente, esse sentimento os afastava da direção correta de buscar auxílio na tentativa de quebrar o círculo vicioso de ação, gerando recaída e apatia.

Klontz et al (2008) defendem a necessidade de psicólogos identificarem comportamentos de dinheiro desordenados como problemas psicológicos tratáveis e proporcionar ao público abordagens eficazes para o tratamento.

Grande parte da literatura sobre o comportamento financeiro se concentra em tarefas básicas de gestão de dinheiro, por exemplo, equilibrando um talão de cheques. No entanto, pode ser igualmente importante identificar comportamentos

financeiros problemáticos que podem sabotar a saúde financeira do indivíduo (KLONTZ et al., 2012).

As questões financeiras foram identificadas na literatura como uma fonte significativa de estresse para indivíduos e famílias. Segundo entendimento de Klontz et al (2011), pouco se sabe sobre os problemas psicológicos relacionados ao dinheiro que podem estar contribuindo para a ocorrência de problemas individuais e familiares.

Distúrbio financeiro ainda é um tema pouco discutido na academia. As questões da mente e sua influência sobre o consumo ou a poupança são um assunto instigante, que transitará em distintas disciplinas do conhecimento (KLONTZ, KLONTZ 2011).

O problema delineado para esta pesquisa busca responder à seguinte questão: **qual a influência dos distúrbios relacionais à educação financeira no perfil de endividamento pessoal dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Suggar Ltda?**

1.1 Objetivos

Buscando responder à questão de pesquisa, definiram-se o objetivo geral e os objetivos específicos, que serão a linha condutora deste trabalho.

1.1.1 Objetivo geral

Investigar e analisar a influência dos distúrbios relacionados a finanças no perfil de endividamento pessoal dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Suggar Ltda.

1.1.2 Objetivos específicos

Para o alcance do objetivo geral e melhor compreensão do estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar as características dos distúrbios financeiros a partir da abordagem de Klontz e Klontz (2011);
- b) Verificar a relação entre as características comportamentais financeiras do modelo em relação à propensão de assumir risco de endividamento;
- c) Analisar as características comportamentais dos cooperados que influenciam o endividamento pessoal.

1.2 Justificativa e relevância do estudo

Este trabalho se justifica do ponto de vista acadêmico, na medida em que pode contribuir com os estudos ligados ao tema, uma vez trata-se de uma linha de pesquisa que permite distintas oportunidades de investigação. Além de auxiliar a consolidar a temática estudada, permitirá avançar na compreensão das variáveis que envolvem o problema de pesquisa, ampliando e consolidando as pesquisas associadas (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007; LUCCI et al., 2008; ROGERS; FAVATO; SECURATO, 2008; TRINDADE, RIGHI; VIEIRA, 2012; YOSHINAGA et al., 2008).

Sob o ponto de vista organizacional, justifica-se a partir do entendimento de que a identificação da relação entre as variáveis financeiras e o perfil de endividamento dos cooperados poderá subsidiar ações a serem desenvolvidas para melhorar as políticas de crédito e a perenidade da cooperativa.

A escolha desta cooperativa ocorreu em razão da importância econômica de sua mantenedora, a Suggar, que gera emprego para mais de dois mil trabalhadores em Minas Gerais.

Salienta-se, ainda, a contribuição deste estudo não somente para as finanças pessoais, podendo, também ser adaptado para as finanças empresariais, tendo em vista que o endividamento exacerbado dos cooperados poderá influenciar o ciclo operacional e financeiro das cooperativas e, por consequência, o risco de crédito mercadológico perante o Banco Central do Brasil.

Ao conhecer melhor seus consumidores e o que determina sua disposição para dívida, as cooperativas poderão traçar estratégias de concessão do crédito e criar políticas especiais para cada segmento do mercado, baseando-se nesta disposição e no nível de risco que a empresa estará disposta a assumir.

Há relevância também do ponto de vista social, uma vez que o estudo busca identificar o tema para o aprofundamento das variáveis relacionais que envolvem a educação financeira e o endividamento. Este assunto merece ser mais explorado, com o objetivo de alertar as organizações quanto à preocupação com a saúde financeira de seus cooperados, proporcionando-lhes condições para acessarem informações de qualidade sobre o tema em estudo.

Como justificativa pessoal, apontam-se a ligação profissional com o tema proposto e a aspiração de executar um trabalho original, além de promover o estreitamento acadêmico com a unidade de análise. Tal motivação deve-se à experiência de mais de dez anos como auditor e contador de cooperativas de crédito e, atualmente, como professor de disciplinas relacionadas ao tema “cooperativismo”.

Segundo Savoia, Saito e Santana (2007) há inúmeros países que investem na educação financeira e estimulam a sociedade civil a participar. Para os mesmos autores a questão cultural e a situação econômica vividas nas últimas décadas no Brasil influenciaram negativamente qualquer tipo de planejamento financeiro de longo prazo. Existe o entendimento de que os órgãos federais estão disseminando a cultura da educação financeira, porém estes autores compreendem que minimizar o desequilíbrio econômico entre as classes sociais e investir na educação como um todo poderão render frutos positivos para as futuras gerações.

É importante ampliar as estratégias de abordagem, levando-se em conta as características específicas deste campo de estudo, bem como as culturais, sociais, econômicas e outras relacionadas.

Esta dissertação possui cinco capítulos, incluindo esta Introdução, que contextualiza a temática abordada e apresenta o problema de pesquisa, os objetivos, geral e

específicos, e a justificativa. No segundo capítulo, discute-se o referencial teórico, considerando a importância dos assuntos educação financeira, finanças pessoais, endividamento e, por fim, o endividamento e comportamentos financeiros problemáticos. No terceiro capítulo, descreve-se o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa. No quarto capítulo, procede-se a apresentação e análise dos dados. No quinto capítulo, são tecidas as considerações finais. Por fim, listam-se as referências utilizadas na pesquisa, seguindo-se os apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo apresentar as acepções teóricas que darão embasamento à análise dos dados da pesquisa. Em um primeiro momento delinea-se a importância da educação financeira. Em seguida discorre-se sobre a educação financeira no Brasil. Posteriormente, explana-se sobre a pertinência das finanças pessoais. Por fim, trata-se da questão do endividamento.

2.1 Educação financeira

A educação financeira tem sido foco de discussões em inúmeros países, impulsionando o aprofundamento dos estudos sobre o tema em questão. Ainda que existam críticas em relação à abrangência dos programas de educação financeira e as seus impactos, especialmente entre o público adulto, é notória a relevância de incrementar ações planejadas de capacitação da população (SAVOIA, SAITO; SANTANA, 2007).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Ocde) define educação financeira (EF) como um processo de aperfeiçoamento em que o indivíduo adquire a compreensão sobre os produtos financeiros, entendendo o seu conceito e seus perigos por meio de informações e orientações claras que permitem 'desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentadas e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro' (OCDE, 2005).

Estas atividades, segundo orientações da Ocde (2005), devem ser regulamentadas, principalmente, com relação à proteção aos clientes, fazendo com que a EF supere a ingênua oferta de informações financeiras e de recomendações.

De acordo com Hofmann e Moro (2012, p. 11),

[...] os conceitos, conhecimentos, competências e habilidades econômicas são necessários para as atividades econômicas mais triviais empreendidas recorrentemente pelos agentes que interagem em economias de mercado. Compreender, em alguma medida, os fundamentos econômicos, sociais, legais e mesmo linguísticos subjacentes às práticas econômicas cotidianas é condição para a interação e para a socialização econômica da população. A familiaridade com noções como propriedade, valor, preço e juros, por exemplo, e a capacidade de leitura e interpretação de documentos financeiros são exemplos de elementos que fazem parte da educação financeira da população, seja de forma institucionalizada, em ambientes de ensino como a escola, seja informalmente, mediante processos sociais e familiares de introdução à lógica econômico-financeira.

A importância da educação financeira como elemento de inclusão social tem sido reconhecida pelas organizações internacionais. Assim, a solidificação deste tema surge com a apreensão pública e privada diante de estatísticas inquietantes acerca das competências econômicas e da educação financeira do público de inúmeros países, principalmente os chamados “países em desenvolvimento” (HOFMANN; MORO, 2012).

Dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) (2010), realizada em julho de 2010 pelo Serasa, revelam que 60% dos jovens paulistas com idades entre 18 e 34 anos são consumidores inadimplentes, o que sugere baixo nível de educação financeira. Considerando os problemas sociais e econômicos resultantes da gestão ineficaz das finanças pessoais com relação à inadimplência e à insuficiência de recursos para aposentadoria ou para fundos de reserva para momentos de desemprego, por exemplo, a educação financeira surge como uma alternativa de política pública para desenvolver a educação financeira da população vulnerável, diminuindo seu risco de exposição (HOFMANN; MORO, 2012).

A Ocie aprovou resolução em de 2005 recomendando aos países membros fornecerem educação financeira a seus cidadãos. Além disso, sugeriram uma série de princípios e boas práticas para estimular os programas de educação financeira (AMADEU, 2009). O objetivo da educação financeira é fornecer aos cidadãos elementos para desenvolver atitudes conscientes com o dinheiro, as quais refletirão a edificação de uma sociedade melhor, o que também "é uma

necessidade educacional, e tais ações devem, portanto, estar presentes nas políticas governamentais (AMADEU, 2009, p. 17).

A premissa da educação financeira, para Amadeu (2009) no contexto educacional, consiste na mudança social e na concepção de um cidadão consciencioso. As políticas públicas necessitam incitar a transformação dos valores da população, em que as crenças e as culturas carecem de permitir o exercício integral da cidadania.

Buscando desenvolver a educação ao consumidor, no Brasil foram atendidas inúmeras recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU), dos Bancos Centrais e de pesquisadores. Como resultado, o País estimulou a elaboração de leis e estruturou a sociedade brasileira para a proteção e defesa do consumidor. Surgiram daí o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e as Promotorias de Defesa dos Direitos do Consumidor (Prodecon). Além disso, existem as organizações públicas e privadas que defendem os direitos dos consumidores (AMADEU, 2009).

A educação financeira pode ser útil aos indivíduos, na medida que,

[...] dotar os indivíduos com conhecimento financeiro necessário para elaborar orçamentos, iniciar planos de poupança, e fazer investimentos estratégicos auxiliando nas tomadas de decisões. O planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto prazo e a longo prazo, e maximizar seu bem estar e é especialmente importante para as populações que tem sido tradicionalmente subatendidas pelo nosso sistema financeiro (GREENSPAN, 2002, p. 2).

Considera-se que a EF é um investimento que proporciona lucros tanto para os clientes quanto para os fornecedores de serviços financeiros. Ao instruir sobre boas práticas de administração de finanças em relação a ganhos, gastos, poupança e empréstimos, é possível proporcionar ao público mais carente melhor gerenciamento de recursos, compreensão das opções financeiras e melhoria de seu conforto. Em compensação, as instituições microfinanceiras

também auferem lucros, uma vez que um cliente bem informado afiança resultados mais positivos (MATTA, 2007).

Para a Ocede (2005), uma boa educação financeira auxilia os consumidores a estimar e administrar sua renda, a economizar e investir e a impedir que se tornem vítimas de fraudes. Braunstein e Welch (2002) acreditam que, mais do que um benefício pessoal, a EF propicia o melhor incremento do mercado financeiro, uma vez que o incita a proporcionar melhores serviços.

Ainda de acordo com os autores,

[...] participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002, p. 445).

Como participantes do processo de educação financeira, Holzmann e Miralles (2005) indicam as escolas, as empresas, o governo, as instituições financeiras e as Organizações não Governamentais (ONGS).

Neste contexto, a Ocede (2005) elaborou uma recomendação para a implementação dos programas de educação financeira, seguindo os princípios e recomendações para a boa prática da educação financeira, que estão dispostos em vinte seis itens, condensados e reagrupados em dez tópicos, como apresentado no QUADRO 1.

Quadro 1 - Princípios e recomendações da Ocede sobre educação financeira

(continua)

PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES DA OCDE SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	
1.	A Educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2.	Os programas de Educação Financeira devem focar as propriedades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando

Quadro 1 - Princípios e recomendações da Ocede sobre educação financeira
(conclusão)

PRINCÍPIOS E RECOMENDAÇÕES OCDE SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	
2.	agir apropriadamente para defender seus interesses.
3.	O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4.	O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5.	A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
6.	Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados <i>sítes</i> específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7.	A Educação Financeira deve começar na Escola. É recomendável que os indivíduos se insiram no processo, o quanto antes.
8.	As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, em específico, quando for relacionado aos compromissos de longo prazo, ou aos serviços financeiros cujas consequências financeiras são de grande magnitude.
9.	Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
10.	Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados de forma mais personalizada possível.

Fonte: SAITO, SAVOIA, PETRONI (2006, p.5).

Na próxima seção, formulam-se os conceitos e as principais acepções sobre a educação financeira no Brasil.

2.2 Educação financeira no Brasil

A educação financeira no Brasil perpassa pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Tal lei é inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Assim, a educação é dever da família e do Estado, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

A educação completa demanda formação intelectual, moral e física, incluída a formação para lidar com as finanças. Carvalho (1999) enfatiza que a escola é o espaço ideal para construir uma cultura financeira nova. Apoiado no Código de Defesa do Consumidor, em pesquisas de mercado e em conhecimentos matemáticos, o autor acredita que é possível construir atividades que norteiem os alunos na hora da escolha entre comprar à vista ou a prazo e questionar seus direitos ao pagar antecipadamente prestações com juros embutidos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) determinam as diretrizes norteadoras da proposta pedagógica dos cursos das escolas brasileiras e sugerem a necessidade de trabalhar temas cotidianos na sala de aula (BRASIL, 1998).

O texto dos PCNs relaciona-se com a cogente necessidade de educar financeiramente os alunos, em razão da origem de um quadro econômico novo no mundo e no Brasil.

Novas demandas dos indivíduos e da sociedade têm transformado bens antes considerados supérfluos em essenciais. O consumo é tratado na contemporaneidade como objetivo de vida. Nesse sentido, é essencial que os alunos adquiram habilidades que sejam capazes de capacitá-los a adotar uma postura crítica diante de questões financeiras e de leva-los a entender que os produtos consumidos são resultado da força de trabalho. Saliencia-se que o objeto de consumo a ser adquirido demanda o consumo do tempo de trabalho, conseguido sob determinadas condições. A partir do momento em que se compara o custo da produção dos produtos com o preço comercializado no mercado, compreendem-se as regras do consumo, uma vez que estas são baseadas em "uma artifício de maximização do lucro e precarização do valor do trabalho" (BRASIL, 1998, p. 36).

No que tange à educação financeira dos jovens brasileiros, nota-se que o tema não é tratado como prioridade nos documentos oficiais nacionais que estabelecem as políticas educativas no Brasil, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação (DCN) e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Saito (2007) afirma que inexistem trabalhos sobre a implantação da Educação em Finanças Pessoais nos currículos escolares brasileiros. Ainda no tocante à

temática Leite (2009), ao dissertar sobre o tema, se embasa em Saito (2007) e destaca que, apesar da importância do tema, não se veem no Brasil projetos educacionais direcionados à técnica de socialização econômica.

De acordo com Saito (2007), existem alguns projetos e ações no Brasil que são desenvolvidos por organizações governamentais e, também, empresas privadas como o Banco Central do Brasil, que desenvolve o Programa de Educação Financeira (PEF), cuja proposta consiste em orientar economicamente a sociedade; a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que ministra palestras e possui um sítio na internet com a finalidade de orientar os indivíduos acerca de investimentos, além da cartilha sobre assuntos financeiros disponibilizada no sítio da Instituição; a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), que dispõe informações sobre os produtos financeiros ofertados pelos bancos; a Centralização de Serviços dos Bancos S/A (Serasa), que criou o 'Guia Serasa de Orientação ao Cidadão', com o objetivo de auxiliar a gestão dos recursos financeiros; e o Banco Itaú, que oferta o "Guia do Crédito Consciente", com orientações sobre a preparação de orçamento familiar, e também discute a utilização de empréstimos e financiamentos.

Ainda no tocante às iniciativas desenvolvidas com o objetivo de promover a educação financeira, cita-se a BM&F Bovespa, que desenvolve iniciativas diversificadas, como o Programa Educacional Bovespa, cujo objetivo consiste em discutir a relevância da Bolsa de Valores e o funcionamento do mercado de ações. Desenvolvido em parceria com o Senac, o curso chamado 'Educar Master' abrange temas das finanças pessoais, como planejamento financeiro, organização de orçamento, controle de despesas, alternativas de investimentos e formação de patrimônio no longo prazo (BM&FBOVESPA, 2014).

Outra iniciativa da BM&F Bovespa foi a criação do Instituto Educacional BM&FBovespa, que é referência em educação para o mercado financeiro e oferece cursos destinados à capacitação em educação financeira. A instituição desenvolve, em parceria com o site Veduca, um site de educação a distância com 48.000 cursos disponibilizados. O Curso de Educação Financeira, dividido em quatro módulos, e tem carga horária total de 24h (BM&FBOVESPA, 2014).

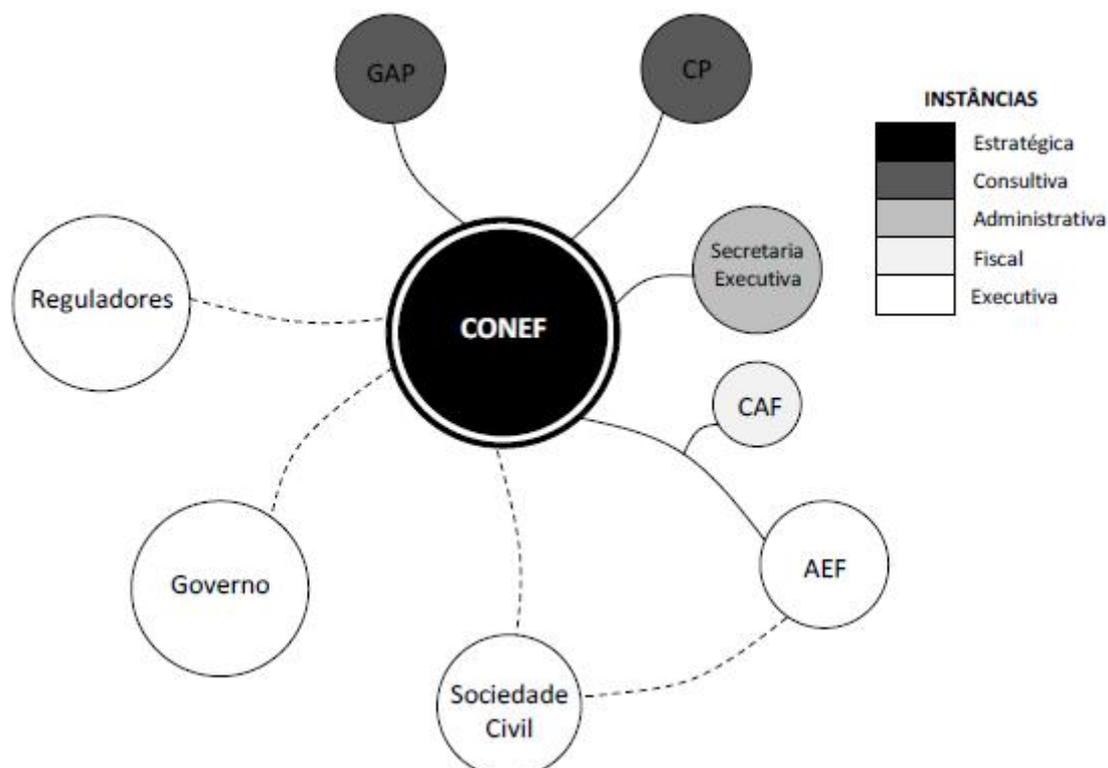
Ainda no tocante ao assunto, o governo brasileiro instituiu, por meio do Decreto 7.397/2010, o programa Estratégia Nacional de Educação Financeira (Enef), com o escopo de promover a cultura financeira no Brasil. Trata-se da união do trabalho entre os integrantes do Banco Central do Brasil, da CVM, da Secretaria de Previdência Complementar e Superintendência de Seguros Privados (Susep).

A proposta do programa consiste em fazer o levantamento das ações e projetos de educação financeira em âmbito nacional, identificando o grau de conhecimento financeiro da população. A Enef fornece diretrizes para a educação financeira do público adulto, também destinadas a escolas. O objetivo principal da Enef consiste em promover a educação financeira no país, desenvolvendo o entendimento do indivíduo, a fim de capacitá-lo a realizar uma escolha consciente quanto à administração de seus recursos e de colaborar para a "eficácia e estabilidade dos mercados financeiros, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização" (BRASIL, 2010, p. 2).

A Enef possui uma coordenação centralizada e execução descentralizada. Em razão da extensão territorial e da diversidade cultural brasileira, é necessário que sejam instituídas parcerias nacionais e parcerias com colaboradores locais que conheçam as particularidades de cada comunidade (DEFBCB, 2014).

Essa estrutura também harmoniza o imperativo de conexão entre entidades governamentais e privadas, resguardando a independência dos órgãos reguladores do sistema financeiro, assim como dos outros participantes, para desenvolver seus próprios programas educacionais. Em vez de ser uma política pública vertical, o programa Enef é uma política pública horizontal, similar ao formato de rede, formada pelos órgãos: Comitê Nacional de Educação Financeira; Grupo de Apoio Pedagógico (GAP), Comitê de Acompanhamento (CA), Programas Setoriais (PS), Comissão Permanente (CP), Secretaria Executiva (SE) e pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), como demonstrado na FIG. 1.

Figura 1- Estrutura da estratégia nacional de educação financeira



Fonte: DEFBCB (2014).

O Comitê do Consolidação Econômico-Financeiro (Conef) é formado por diretor do Banco Central do Brasil, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, diretor-Superintendente da Previc, superintendente da Susep, secretário-executivo do MEC, secretário Executivo do Ministério da Fazenda, secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento Social (MPS), Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e representantes da sociedade civil (2011-2014 - Anbima, BM&FBovespa, Febraban e CNseg.).

O GAP é constituído por: Ministério da Educação (presidente), Banco Central, CVM, Ministério da Fazenda, Susep, Previc, Conselho Nacional de Educação, Instituições de Ensino Federal (até 5), Consed e Undime.

O CA é composto por: Banco Central, CVM, Susep, Previc e Ministério da Fazenda.

Já os PS são formados pela união de três organismos: reguladores Governo e sociedade civil. Os reguladores são: Banco Central, CVM, Susep e Previc. No governo, há participação de: Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, do Ministério da Justiça, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Previdência Social. A sociedade civil é composta por: Anbima, BM&F Bovespa, CNseg e Febraban.

A CP é formada por doze membros efetivos, representando cada participante do Conef. A Secretaria Executiva (SE) é representada pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central.

Por fim, a AEF é composta por: Anbima, BM&FBovespa, CNseg e Febraban.

As diretrizes da Enef devem ser comunicadas em uma linguagem de fácil entendimento, respeitando o nível de compreensão individual de cada pessoa, conforme preceitua a alínea “a” do §1º do art. 5º da Deliberação 03 do Comitê de Regularização e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC), que propõe que o público-alvo a ser alcançado deve ser dividido em segmentos, de acordo com: faixa etária, escolaridade, renda, atividade e região (BRASIL, 2010). A Enef sugere um plano de ações de curto, médio e longo prazo sobre educação financeira.

2.3 Finanças pessoais

De acordo com Saito (2007), a preocupação com relação ao comportamento dos indivíduos quanto a suas decisões financeiras elevou-se nos últimos anos. A Psicologia Econômica, o Marketing, as Finanças Comportamentais, a Teoria dos Jogos e outras correntes científicas aumentaram o interesse e os estudos sobre o comportamento dos consumidores diante das atitudes de compra, venda, consumo, poupança e endividamento.

Os indivíduos se acostumaram com muitos anos de inflação alta e com a necessidade de consumir todo o dinheiro disponível rapidamente, em razão

dos reajustes semanais (BURIGO, 2011). Diante disso, a ideia de poupar e a de planejar o futuro parecia algo inexecutável. Frankenberg (1999) acredita que ou não há educação financeira no Brasil ou suas ações são insuficientes. O autor atribui esse comportamento a resquícios de muitos anos de inflação, de desinformação e de erros governamentais sucessivos, resultando em conceitos financeiros errôneos, assimilados sem debate e de forma passiva pela população.

Os estudos realizados por Pereira (2005) abalizaram que oito em cada dez brasileiros não gostam de números e tampouco de fazer cálculos. Essa dificuldade tem origem na infância e acompanha o indivíduo ao longo da sua vida, acarretando a ausência de um planejamento financeiro e o desinteresse de elaborá-lo. A autora esclarece, ainda, que somente 30% dos brasileiros possuem a tradição de organizar um orçamento pessoal e o associam a aspectos positivos, como eliminação de gastos, carência e aflição.

Frankenberg (1999, p. 31) assinala que o planejamento financeiro consiste em "estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família". Desse modo, complementando o gerenciamento das finanças pessoais e possibilitando aumentar a condição de planejar as futuras necessidades de capital para ser utilizado em tempos de crises e gastos inesperados. O autor salienta que os gastos exorbitantes impedem investimentos e a percepção de lucros, uma vez que as dificuldades financeiras representam o desequilíbrio financeiro, apontando para resultados em que as receitas são menores do que as despesas.

Burigo (2011) chama a atenção para a importância da criação de valores, objetivos e prioridades para o desenvolvimento do planejamento financeiro pessoal. Dessa forma, o orçamento doméstico auxiliará a identificar o destino do dinheiro, decidindo sobre quais gastos podem ser suprimidos ou reduzidos, possibilitando, assim, a formação de uma reserva, objetivo principal do planejamento, independente das outras metas definidas.

Para assegurar a elaboração de um bom planejamento pessoal, é necessário fazê-lo por etapas. Na primeira etapa, sugerem-se a criação de um plano de contas que auxilie a avaliar as obrigações presentes e a mensurar obrigações atuais e a disposição em traçar metas e objetivos, a fim de dirigir ações para o futuro financeiro de forma mais segura. Em seguida, deve-se preparar o cálculo das fontes seguras de receitas e despesas e, posteriormente, desenvolver a readequação de metas e objetivos pessoais de acordo com a disposição de receitas e despesas.

Ferreira (2006) assevera que com base nessa análise financeira, podem ser considerados: necessidade de caixa, investimentos, planejamento do patrimônio, imposto de renda ou seguro. Como última etapa do processo, é possível: monitorar as alterações e revisar o plano, sempre que necessário, uma vez que o processo deve ser flexível, comportando mudanças de acordo com os acontecimentos pessoais.

A realização de um bom planejamento financeiro poderá impedir o chamado “endividamento”, tema que será abordado na seção seguinte.

2.4 Endividamento

O endividamento, para Ferreira (2006), consiste no ato de assumir ou contrair dívidas e deriva do verbo endividar-se. Caracteriza-se por um saldo devedor do indivíduo, podendo ser resultante de uma ou mais dívidas concomitantemente geradas por meio do capital de terceiros (OEC, 2002).

É importante frisar que um fator que tem contribuído para o alto nível de endividamento no Brasil é a elevação do crédito e o estímulo ao consumo segundo Slomp (2008), criando com isso um problema de cunho social da denominada ‘sociedade de consumo’. Nesta perspectiva, destaca-se que a sociedade contemporânea se difere das sociedades anteriores com relação aos hábitos de consumo, que convergem ao materialismo, uma vez que os indivíduos estão sendo avaliados pelo que possuem ou pelo que ainda poderão possuir em razão do crédito disponível.

Ponchio (2006) buscou identificar a influência do materialismo no endividamento dos consumidores de baixa renda da cidade de São Paulo. Os resultados apontaram que, além de variáveis financeiras, as variáveis comportamentais são capazes de esclarecer o endividamento. O estudo foi realizado utilizando uma amostra domiciliar probabilística, de 450 indivíduos de baixa renda, utilizando-se a escala de materialismo de Richins (2004). Observou-se que os sujeitos mais jovens possuem a tendência de serem mais materialistas que os sujeitos mais velhos, que os sujeitos adultos analfabetos possuem a tendência de serem menos materialistas que os adultos alfabetizados mais tarde, e, que as variáveis gênero, renda e raça não se integram ao materialismo.

Avaliando os aspectos demográficos e o endividamento, destaca-se que o estudo de Ponchio (2006) identificou relação entre gênero, idade e escolaridade. Demonstrou que as mulheres são mais adeptas a atitudes de endividamento em relação aos homens, que as pessoas mais velhas exibem menor possibilidade de adquirir dívidas e que, quanto menor o grau de instrução do indivíduo maior sua probabilidade de assumir dívidas por meio de carnês.

A seguir, faz-se a descrição dos comportamentos financeiros considerados problemáticos.

2.5 Endividamento e comportamentos financeiros problemáticos

Klontz e Klontz (2011, p. 125) destacaram em seu estudo sobre o endividamento e comportamentos financeiros problemáticos que tomar uma decisão financeira infeliz é natural, mas se decisões infelizes se tornem persistentes podem ser consideradas como distúrbios financeiros, caracterizados por

[...] padrões persistentes, previsíveis e frequentemente rígidos de comportamentos autodestrutivos relacionados ao dinheiro, que trazem estresse, ansiedade, sofrimento emocional e incapacidade a áreas importantes da vida. As pessoas que estão sujeitas aos distúrbios financeiros parecem não conseguir se livrar de conceitos

falhos ou transformar seu comportamento prejudicial, não importa quanto caos e tristeza eles causem.

Klontz e Klontz (2011, p. 127) esclarecem ainda que,

mesmo o mais irracional dos comportamentos financeiros faz todo o sentido quando descobrimos os preceitos financeiros subjacentes e o contexto no qual nasceram. Ainda assim, quando esses comportamentos problemáticos tornam-se rotineiros, podem levar a problemas significativos nos relacionamentos, no trabalho, na saúde psicológica, e no bem-estar geral, financeiro também, obviamente.

No quesito 'distúrbios', há também aqueles que, geralmente, abarcam uma sistematização de fuga ou rejeição ao dinheiro, os quais associam o dinheiro a emoções negativas (Klontz e Klontz, 2011).

As pessoas com este tipo de distúrbio evitam a fortuna de forma consciente ou inconsciente. Os autores chamam a atenção para a existência de

[...] algum ressentimento quanto à sua situação financeira e acreditam que se sentiriam melhor a respeito de sua vida se tivessem mais dinheiro. Também é comum culparem alguma autoridade externa por sua condição externa financeira, o sistema escolar para o qual trabalham, uma empresa que não reconhece o valor dos funcionários, um governo corrupto, uma comunidade ingrata. Esse é um excelente exemplo da dualidade dos comportamentos financeiros problemáticos, o fato de que não é raro que os desejos, valores, comportamentos e crenças de alguém estejam em conflito entre si. Quando nossos conceitos e nosso comportamento são contraditórios, estamos propensos a sabotar nós mesmos, tornando muito difícil o acúmulo de fortuna (KLONTS; KLONTS, 2011, p. 130-131).

A adoração ao dinheiro é outro distúrbio encontrado. Neste tipo de distúrbio, as pessoas conferem ao dinheiro uma relevância desproporcional. Assim, vivem para ganhá-lo, poupá-lo, e por fim, gastá-lo. Compartilham da premissa de que o dinheiro está associado à segurança e/ou à felicidade.

São descritos por Klontz e Klontz (2011) alguns comportamentos que podem ser associados a esse tipo de distúrbio, como: a) associação compulsiva, b) correr riscos irracionais, c) jogo patológico, d) viciados em trabalho, e) excesso de gastos e f) distúrbio do gastador compulsivo.

A acumulação compulsiva indica que determinados acumuladores compulsivos são gastadores ou compradores compulsivos. Entretanto, o que traz segurança ao acumulador e alivia a sua ansiedade é a acumulação e não simplesmente o ato de comprar ou gastar.

Quanto a correr riscos irracionais, o que traz segurança é o ato de apostar, seja em cassinos, cavalos, ou outro comportamento de colocar-se em risco sem necessidade em detrimento do bem-estar financeiro.

No jogo patológico, o ato de jogar transforma-se em um vício. Os indivíduos utilizam o jogo para sentir-se melhor ou para fugir de problemas.

Os chamados 'viciados' em trabalho também são conhecidos como *workaholics*, termo utilizado para definir o indivíduo viciado em trabalho. Distúrbio utilizado para descrever o comportamento de pessoas que direcionam todas as suas energias para o trabalho, reservando pouco tempo para a vida familiar, a criação dos filhos, o lazer e, até mesmo, o sono, resultando em conflitos conjugais, ansiedade, depressão, estresse, insatisfação no trabalho e problemas de saúde.

No quesito excesso de gastos, os gastadores tendem a ansiar por segurança, conforto, afeição, completude e consumo excessivo próprio e com os outros e conforto.

No que tange ao distúrbio do gastador compulsivo, os compradores compulsivos são sempre consumidos por suas preocupações financeiras. Utilizam o ato de comprar compulsivamente como fuga, vivenciando compulsões irresistíveis, o que os leva ao descontrole financeiro.

Durante a pesquisa, observou-se que os gastadores excessivos descreviam

[...] *flashpoints*¹ financeiros, onde dar e receber um presente parece transformar um relacionamento. Outro *flashpoint* comum é ter vivenciado a privação, ou um tempo em sua infância quando o fato de não possuir um item especial causava um impacto emocional; sofriram humilhações e agressões por não ter a roupa certa, ou estão convencidos de que, se tivessem recebido aquele bem que tanto desejam, finalmente seriam felizes [...] (KLONTZ; KLONTZ, 2011, p. 162).

A pessoa que exagera em seus gastos pode transformar este ato em um círculo vicioso. Segundo Klontz e Klontz (2011), os gastadores excessivos descrevem o impulso irresistível de gastar e a perda do controle sobre os gastos.

Na categoria dos distúrbios financeiros relacionais, os autores inserem: infidelidade, incesto, facilitação e dependência financeira. Como característica das pessoas que enfrentam este tipo de distúrbio cita-se a devastação na vida emocional e financeira sua e de outras pessoas (KLONTZ; KLONTZ, 2011).

Os autores salientam que os distúrbios financeiros relacionais podem se originar quando o dinheiro é utilizado como uma ferramenta de controle do outro, ocorrendo, frequentemente, em famílias, por exemplo, um pai ou mãe que tenta controlar os filhos dando ou negando dinheiro. Quem possui este distúrbio, geralmente o esconde, sendo desonesto em relação ao dinheiro, mesmo com pessoas próximas.

Os preceitos comuns do distúrbio financeiro relacional foram assim descritos:

Cuide de seus filhos agora e eles cuidarão de você mais tarde;
 Você pode saber quanto uma pessoa ama pelo quanto ela gasta com você;
 Se você considera uma pessoa financeiramente responsável, ela o rejeitará;
 Gastar com os outros dá sentido à minha vida;
 Uma das maneiras de ter amigos e familiares por perto é lhes dar presentes e emprestar dinheiro a eles.
 Sempre haverá alguém a quem procurar se precisar de dinheiro;
 Não sou competente, o suficiente, para cuidar de mim mesmo financeiramente;
 Não preciso aprender a lidar com o dinheiro;

¹ Termo utilizado por terapeutas para identificar emoções e lembranças que remetem as experiências passadas e que foram evitadas, reprimidas ou mal solucionadas.

É meu dever cuidar dos membros da família que são menos afortunados. (KLONTS; KLONTS, 2011, p. 170).

Neste contexto, podem ser desenvolvidos, de acordo com Klontz e Klontz (2011, p. 170-186), inúmeros tipos de relacionamento, que podem ser descritos como: a) infidelidade financeira, b) incesto financeiro, c) facilitação financeira e d) dependência financeira.

A infidelidade financeira consiste em guardar segredos financeiros do cônjuge, omitindo compras fora do orçamento ajustado ou mentindo sobre o valor de um item comprado.

O incesto financeiro é avaliado como psicologicamente abusivo. Consiste no uso do dinheiro como mecanismo de manipulação de uma criança, a fim de satisfazer os anseios de um adulto. Não necessita ter cunho sexual.

A facilitação financeira consiste no comportamento irracional de distribuir dinheiro aos outros, sem condição de fazê-lo ou não; na impossibilidade de negar uma solicitação de dinheiro, sacrificando seu próprio bem-estar financeiro pelo bem-estar dos outros.

Por fim, a dependência financeira é considerada o parceiro de dança do facilitador financeiro. Geralmente, está associada a um maior conflito entre pais e filhos. Os indivíduos dependentes financeiramente habitam em um mundo infantil imaginário, em que as regras normais sobre finanças não existem, desconhecem o funcionamento do dinheiro no mundo real e, simplesmente, não sentem necessidade de saber.

Todos os distúrbios relatados são considerados assuntos não resolvidos. Segundo com Klontz e Klontz (2011, p. 193), estão relacionados aos seus *flashpoints* financeiros.

A próxima seção tem por objetivo apresentar os estudos empíricos e o resumo das principais pesquisas sobre educação financeira.

2.6 Estudos empíricos e resumo das principais pesquisas

A pesquisa desenvolvida por Lucci et al (2006) buscou identificar se a formação financeira influencia nas decisões de consumo e investimento. Identificou que o conhecimento sobre o conceito de finanças aprendido na universidade influenciou positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras, mesmo sem uma avaliação da qualidade do ensino

Na discussão sobre a educação financeira no Brasil, com base nos princípios e as recomendações da Ocde, realizada por Saito, Savoia e Petroni (2006), observou-se que esta matéria está em uma fase mais incipiente que nos Estados Unidos e nos países do Reino Unido. Nos Estados Unidos há estados que inseriram obrigatoriamente na grade de ensino a EF e há inúmeras organizações atuando em seu desenvolvimento. No Reino Unido, embora não seja obrigatória a EF nas escolas, há um forte envolvimento dos atores do processo, inclusive com a criação de um fundo, voltado para estimular a cultura de poupança.

No Brasil, a educação financeira não foi adicionada de maneira oficial e explícita nas grades curriculares e nas universidades. Não constata uma ação efetiva e duradoura. Os autores evidenciaram em seu estudo a preocupação do MEC em relação ao desenvolvimento de competências dos indivíduos quanto a alguns aspectos da formação econômico-financeira, por meio da denominada contextualização, mas não se observou uma menção clara e objetiva sobre o tema “Educação Financeira” (SAITO; SAVOIA; PETRONI, 2006).

O trabalho desenvolvido por Yoshinaga et al (2008) ilustrou o uso dos vieses cognitivos na construção de teorias formais em finanças. Em ambos os estudos, apenas o viés de confiança excessiva/otimismo foi explorado. Contudo, a consideração desse viés já resultou em formulações bastante úteis para explicar importantes fenômenos financeiros e para prescrever cursos de ação. Considerando-se a quantidade de vieses catalogados na literatura, pode-se inferir que ainda há um longo caminho a ser trilhado no esforço de

incorporação de padrões de cognição mais realistas às teorias desta área do conhecimento.

Rogers, Favato e Securato (2008) replicaram a investigação empírica do artigo seminal de Kahneman e Tversky (1979) que abordou a teoria do prospecto e que constitui a base das finanças comportamentais em dois grupos distintos: Grupo 1: teoricamente, reúne pessoas com um baixo nível de instrução financeira; e Grupo 2: os respondentes possuem um conhecimento conceitual mais sólido de finanças. Os achados da pesquisa demonstraram que existem evidências de que os agentes não se comportam aleatoriamente, podendo cometer erros sistemáticos. Além disso, mesmo com os incentivos fornecidos aos agentes, tais como melhor nível de instrução financeira, prevalecem os limites ao aprendizado. Este trabalho corroborou com os principais achados de Kahneman e Tversky (1979), indicando os três efeitos principais da teoria do prospecto. A busca dos agentes econômicos por um ganho certo e a tentativa de não obter prejuízo corroboram o 'efeito certeza', uma vez que os estudantes tenderam a dar maior peso às possibilidades com altas probabilidades de ocorrência.

Lusardi e Tufano (2009) realizaram uma pesquisa com o objetivo de identificar a relação entre alfabetização da dívida, experiências financeiras e seus julgamentos sobre a extensão de seu endividamento. A alfabetização da dívida é medida por testes de conhecimento, questões de conceitos fundamentais relacionados com a dívida e conhecimento financeiro de auto avaliação. Os resultados empíricos sugerem um custo considerável de ignorância financeira, uma vez que os achados evidenciaram que ao utilizar cartões de crédito, por exemplo, o menos experiente financeiramente paga uma fração desproporcionalmente maior de taxas e encargos financeiros do que o mais experiente. Sugeriu-se que cerca de um terço das taxas e encargos pagos por pessoas físicas de baixa alfabetização está relacionado à falta de conhecimento, mesmo após o controle de diferenças observáveis na renda, riqueza, status familiar e outros fatores, destacando uma série de implicações dos resultados obtidos.

Claudino, Nunes e Da Silva (2009) buscaram identificar se há a necessidade de um programa de educação financeira direcionado aos servidores públicos, a partir do levantamento das áreas de maior carência de conhecimento sobre o assunto. Os resultados indicaram que o nível de educação financeira dos servidores públicos é insuficiente e que as principais deficiências dos servidores nesta área são: conhecimento da liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxa do cheque especial.

No estudo realizado com grande número de funcionários que optaram por investir em poupança ou fundos de renda fixa, os quais embora trabalhem com finanças e possuam nível superior e, até, pós-graduação, Burigo (2011) percebeu, ao analisar se a experiência profissional traduz o nível de organização quanto às finanças pessoais dos entrevistados, que os funcionários não demonstraram interesse em outras formas de investimentos apresentadas pelo questionário, apesar de serem coerentes ao afirmarem que a aplicação em poupança e em fundos de renda fixa é mais líquida e segura.

Klontz et al (2011), usando uma amostra de 422 indivíduos com nível de concordância em 72 crenças relacionadas com dinheiro, identificou quatro padrões relacionados ao dinheiro e crenças distintas: a) evasão de dinheiro, b) adoração dinheiro, c) status de dinheiro e d) dinheiro de vigilância. Os resultados deste estudo podem ser úteis para os profissionais interessados em identificar com rapidez e precisão se as crenças de dinheiro de seus clientes podem ter um impacto negativo na saúde financeira.

Estudo desenvolvido por Vieira et al (2011) analisou se a educação formal obtida nos cursos de graduação influencia a atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Os resultados indicaram que a formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos, porém os aspectos analisados não obtiveram relevância estatística significativa.

Klontz et al (2012) pesquisaram se o dinheiro possui relação com comportamentos desordenados capaz de impedir o progresso em direção às metas financeiras, com o objetivo de criar uma ferramenta de avaliação para ser usada por profissionais de saúde mental e financeiros. Os resultados identificaram oito subescalas derivadas de 68 itens de comportamento desordenados com relação ao dinheiro. Todas as oito subescalas foram encontrados para ter alta confiabilidade na medição de comportamentos desordenados e seis foram associados a indicadores negativos sobre a saúde financeira (por exemplo, vale menos líquida, menos renda e/ou de crédito mais giratória (KLONTZ et al., 2012).

Grable et al (2012), em suas pesquisas, determinaram que: a) se há uma associação entre o rendimento medido objetivamente e adequação renda percebida, b) a forma como os indivíduos avaliam a adequação de sua renda e c) se um preconceito existe, essas estimativas podem ser usados para descrever o nível geral de uma pessoa de satisfação financeira. Constatou-se no resultado que também as pessoas não fazem um trabalho particularmente bom de avaliar com precisão a sua adequação renda. Finalmente, percebeu que o viés estimativa adequação de renda foi encontrado para ser associado com a satisfação financeira.

Flores e Vieira (2012) investigaram se há influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos servidores públicos, a fim de conhecer o perfil de seus gastos e o seu comportamento em relação a dívidas, educação financeira, materialismo e risco. O resultado apresentou duas variáveis independentes, com um R^2 ajustado de 0,134; ou seja, as variáveis independentes explicam 13,4% da variável dependente, representada pela propensão ao endividamento. As demais variáveis independentes, que foram destacadas anteriormente, não estão no modelo, pois não apresentaram coeficientes significativos. O teste F atingiu um valor de 8,330, com significância de 0,000, demonstrando que o modelo é significativo como um todo.

Vilain e Pereira (2013) analisaram o impacto do *status* no planejamento financeiro pessoal. Como resultado geral da pesquisa, percebeu-se que há um forte impacto negativo do *status* na vida financeira dos advogados, pois a presença de dívidas, gastos elevados e o comportamento financeiro deles levam a crer que falta um eficiente controle financeiro e que os eles poderiam ter uma vida financeira mais saudável se não se prendessem tanto a aspectos materiais. Em alguns casos, a situação de leve endividamento pode passar despercebida, pois se torna normal no meio estudado, porém se não ocorrer a devida atenção pode haver o descontrole financeiro e atingir níveis críticos de endividamento, como foi verificado neste trabalho, o que gera grande prejuízo financeiro e emocional.

Serra (2013) buscou demonstrar como as recomendações de controle de gastos domésticos são difundidos na Fundação Universidade Federal do Rio Grande e na Universidade Federal de Roraima no ano 2011. Acredita-se que, uma vez conhecido o montante do endividamento pessoal, é necessário que o 'dono do dinheiro' decida sobre as alternativas viáveis para sanar o seu problema. Uma alternativa seria um segundo emprego, prática comum nos Estados Unidos, onde é usual as pessoas trabalharem em mais de uma empresa. Uma alternativa viável também seria a venda de patrimônio quando a pessoa dispuser de bens que tenham valor de mercado. O refinanciamento da dívida não é uma prática que os autores se sentem muito à vontade de recomendar, em razão das taxas de juros, que tendem a ser mais elevadas. Entendeu-se que a geração de uma segunda renda é uma alternativa viável e que pode ser adotada para formar uma poupança e patrimônio. Porém, destaca-se que a decisão é de caráter pessoal e que cada um deve decidir sobre o caminho de suas finanças.

Haro (2013) analisou criticamente o discurso elaborado por uma das ferramentas de transmissão e de construção da subjetividade: a literatura de autoajuda financeira (LAF). A LAF descreve o tipo de subjetividade que há de ser desenvolvida para esta missão, mas também possui uma vocação normativa: essa subjetividade não é só funcionalmente adaptativa em um contexto de financeirização, também é desejável. É desejável porque a

irresponsabilidade financeira é, precisamente, o fator que tem colocado a sociedade numa situação de crise. Ser irresponsável é não corrigir as deficiências cognitivas e éticas que a LAF quer emendar.

Ribeiro et al (2014) pesquisaram a valorização que os consumidores atribuem às mensagens e fontes de informação sobre dinheiro, consumo, crédito, dívida e poupança. Avaliou-se a importância relativa atribuída à família, aos amigos, à escola, à classe média e às organizações na disseminação e credibilização destas mensagens. Os resultados apontaram para crenças já indicadas em outros estudos, como os de (Martens et al., 2004, Anderson e Nevitte, 2006, e Jorgensen e Savla, 2010) de que a educação financeira é exercida, principalmente, pela família e que esta constitui o agente socializador que merece maior credibilidade quando comparado com a média, os amigos ou vários os tipos de organização Jorgensen e Savla (2010) salientam, porém, que, embora os consumidores acreditem que o ensino das matérias ligadas ao consumo e às finanças deve caber às famílias, estas nem sempre têm a preparação necessária para responder a todas as necessidades de informação financeira.

Considerando esse arcabouço de construção do conhecimento, após as argumentações que sustentarão os objetivos da pesquisa, apresenta-se no capítulo seguinte o percurso metodológico utilizado na realização da pesquisa.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos utilizados para atender aos objetivos da pesquisa. Assim, apresentam-se: o tipo de pesquisa quanto à abordagem; quanto aos fins e quanto aos meios, a unidade de análise, a população, a amostra e os sujeitos da pesquisa, a técnica de coleta de dados; técnica de análise dos dados e a empresa pesquisada.

3.1 Tipo de pesquisa quanto à abordagem

Em função da natureza do problema a ser pesquisado e dos objetivos que orientam esta investigação, optou-se por realizar uma pesquisa com abordagem quantitativa, com o intuito de realizar a mensuração estatística dos dados coletados.

A pesquisa quantitativa, segundo Vergara (2007), utiliza procedimentos estatísticos para a interpretação dos dados. De acordo com Richardson (1999), o método quantitativo representa a intenção do pesquisador de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação e possibilitar uma margem de segurança quanto às inferências que serão realizadas.

3.2 Tipo de pesquisa quanto aos fins

O tipo de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, descritivo, que, segundo as percepções de Collis e Russey (2005, p. 24), "descreve o comportamento dos fenômenos e é utilizada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão".

Para Oliveira (2004, p. 111), a pesquisa descritiva é certamente o tipo de pesquisa mais adequada quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos.

Segundo Vergara (2007), a pesquisa é descritiva quando busca as características de uma população determinada, podendo adotar o estudo de caso, por meio de entrevista, questionário ou por meio de surveys. Corroborando com Vergara (2007), Gil (2010) também entende que as pesquisas descritivas têm por objetivo primordial descrever as características de determinada população.

3.3 Tipo de pesquisa quanto aos meios

Quanto aos meios, o tipo de pesquisa será um *survey*, que:

[...] se refere a um tipo particular de pesquisa social empírica, mas há muitos tipos de *survey*. O termo pode incluir censos demográficos, pesquisas de opinião pública, pesquisas de mercado sobre preferências do consumidor, estudos acadêmicos sobre preconceito, estudos epidemiológicos etc. (BABBIE, 1999, p. 519).

Yin (2010, p. 21) afirma que a escolha de um método tem a ver com três critérios: o tipo de questão de pesquisa proposto, a extensão de controle que o pesquisador tem sobre eventos comportamentais e o grau de enfoque em acontecimentos contemporâneos.

3.4 Unidade de análise

Para definir a unidade de análise, Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (2004) afirmam que é necessário escolher se o que interessa ao estudo é uma organização, um grupo, diferentes subgrupos em uma comunidade ou determinados indivíduos.

Este estudo tem como unidade de análise a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Suggar Ltda.

Pressupõe-se neste estudo que os pesquisados escolhidos são alvo de pressões financeiras. As funções desempenhadas na cooperativa consistem em: adquirir empréstimos com juros embutidos e, depois, liquidar o principal para esta instituição.

3.5 População, amostra e sujeitos de pesquisa

A população, isto é, o grupo de itens considerados para a pesquisa de acordo com Collis; Hussey (2005) compreende os cooperados ativos na carteira de empréstimo. O número de pesquisados perfaz um total aproximado de 700 (setecentas) pessoas. Para a etapa quantitativa, foi realizado um cálculo estatístico para verificar qual será a amostra de pesquisa, o que configura o acerto probabilístico deste procedimento.

Ao conjunto, finito ou infinito, de todos os possíveis resultados ou realizações de uma variável qualquer é dado o nome de "população". Na maioria das situações, o que se conhece é um subconjunto extraído da população, com um número limitado de observações, o qual é chamado de "amostra". Esta, por sua vez, é constituída por elementos que são extraídos da população, de maneira aleatória e independente (NAGHETTINI; PINTO, 2007).

Para Vergara, "a amostra é uma parte do universo (população), escolhida com base em alguns critérios de representatividade" (VERGARA, 2007, p. 50). Vale ressaltar que "quanto maior o número de amostras do universo a ser analisado menor o grau de distorção" (SANTOS, 2005, p. 123).

A amostra desta pesquisa foi definida como não probabilística selecionada por acessibilidade. Este tipo de amostra, longe de qualquer procedimento estatístico, "seleciona elementos pela facilidade de acesso à amostra" (VERGARA, 2007, p. 50-51).

Como sujeito da pesquisa, escolheu-se o cooperado, pois esta pesquisa diz respeito à opinião de pessoas que se relacionam economicamente com a cooperativa.

Pode-se inferir que, normalmente, as amostras não probabilísticas são utilizadas em pesquisas quando há uma restrição de cunho operacional ao uso da amostragem probabilística, por exemplo, o fato de a população ser infinita ou de não se ter acesso a todos os seus elementos (GONÇALVES, 2009).

3.5.1 Tamanho da amostra

O tamanho da amostra pesquisa inicial foi de 259 associados. O cálculo amostral realizado utilizou a fórmula de dimensionamento conservador para populações de amostra de tamanho finito. Conforme Hair Júnior et al (2005), este cálculo é realizado quando não se tem uma amostra piloto e deseja-se estimá-la de forma conservadora.

A fórmula para o dimensionamento conservador para populações de tamanho finito é:

$$n = \frac{\frac{1}{4} Z_0^2 N}{\frac{1}{4} Z_0^2 + (N - 1)e^2}$$

Em que: n = tamanho da amostra; Z_0 = coeficiente tabelado em função da certeza (intervalo de confiança); N = tamanho da população; e = erro estimado.

Assim, para o cálculo da amostra, foram considerados os seguintes dados:

Universo (N) = 700 associados.

Intervalo de 95% de confiança. $Z_0 = 1,96$.

Erro (e) = 0,05.

Entretanto, em virtude da acessibilidade, a população de estudo compreendeu os cooperados ativos na carteira de empréstimo. Segundo Hair Jr. et al (2005, p.390), “a análise fatorial é mais útil com um grande número de variáveis. Mas, ao aplicá-la, o pesquisador deve ter um tamanho mínimo de amostra de cinco vezes o número de variáveis analisadas”. Esse estudo apresenta o número de 26 variáveis a serem analisadas e, com a intenção de se observar e entender melhor a realidade deste público decidiu-se por um tamanho de amostra que compreenda 131 pessoas, satisfazendo o critério apresentado por Hair Jr. et al (2005).

3.6 Coleta de dados

Vergara (2007) aponta que o pesquisador deve deixar explícito como os dados serão coletados para o alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. A autora coloca, ainda, que é importante seguir critérios técnicos para sua elaboração e aplicação, para não comprometer a qualidade dos resultados.

Aplicou-se um questionário composto por questões fechadas, em sua maioria, em formato de escala intervalar de frequência do tipo *Likert* de cinco pontos. Malhotra (2006) afirma que o número de pontos ou categorias de uma escala permite que a discriminação dos dados possa ser refinada. O autor aconselha que esse número varie entre cinco a sete categorias, não existindo um número ótimo de escolha.

A aplicação do questionário considerou a seu encaminhamento aos diretores e gerente da Cooperativa, para que providenciassem a entrega aos cooperados e seu retorno, com as respostas.

Segundo Malhotra (2006), o questionário, caracteriza-se como a modalidade de coleta de dados mais adequada para investigações descritivas, como será o caso da presente investigação.

3.7 Análise de dados

Após a aplicação dos questionários, os dados foram armazenados em uma base de dados devidamente preparada para seu devido tratamento e, foram posteriormente, submetidos à utilização do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Iniciou-se primeiramente com a utilização de técnicas de análise descritiva, a saber, tabelas contendo a frequência absoluta e relativa para a identificação das principais características sócio-demográficas dos entrevistados (MAGALHÃES; LIMA, 2002).

Foram utilizadas as técnicas estatísticas univariada e bivariada. A estatística univariada tem por objetivo apurar a distribuição de frequência das respostas das partes constituintes do instrumento de coleta de dados, estabelecendo as medidas de posicionamento da amostra (média e mediana) e de dispersão dos dados (intervalos P25 e P75 e desvio-padrão).

Para Hoffman (1994), a medida de posição é um dos procedimentos utilizados para provocar a redução dos dados, em que se busca a expressão dos valores situados entre os extremos de uma série ou a distribuição de dados. A média e a mediana são as medidas de posição mais utilizadas para este fim. Conceitualmente, o P25 divide os respondentes em dois: uma parte com 25% daqueles que apresentam no máximo o escore apurado; e uma parte com 75% daqueles que apresentam no mínimo este escore. Já o P75 também separa os respondentes em dois grupos: um configurado por 75% daqueles que apresentam no máximo o escore evidenciado; e outro em que 25% apresentam no mínimo tal escore.

Segundo Malhotra (2006), tanto as medidas de posição quanto as de dispersão podem ser usadas em escalas do tipo intervalo, que constituíram o instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa.

A estatística univariada foi utilizada para correlacionar fatores de pressão no trabalho, sintomas físicos e mentais e as estratégias de combate ao estresse ocupacional, com variáveis demográficas e ocupacionais.

Procedeu-se com a análise exploratória dos dados, onde foram investigadas a existência de *outliers* e *missings*. *Outliers* são definidos como observações que apresentam um grande afastamento das restantes ou são inconsistentes com elas. *Missings* são dados faltantes.

A caracterização da avaliação feita pelos entrevistados para os itens utilizados na mensuração do modelo proposto foi feita através da média obtida em cada um dos itens avaliados para cada variável, bem como seu respectivo intervalo com 95% de confiança (MAGALHÃES; LIMA, 2002).

Para avaliar as relações múltiplas entre os constructos estudados, utilizou-se o modelo de equações estruturais, que é uma técnica que possibilita a análise das múltiplas relações de dependência entre os constructos avaliados bem como as relações entre as variáveis latentes e suas indicadoras (Hair et al, 2009).

A estimação do modelo proposto foi feita através do método *Partial Least Squares* (PLS) por ser este método mais robusto em termos de suposições e tendo em vista que este não requer normalidade multivariada além do menor tamanho de amostra exigido (HAIR, 2009).

Tanto para a avaliação do modelo de mensuração que utiliza as variáveis indicadoras para explicar as variáveis latentes quanto para o modelo estrutural que descreve a relação entre as variáveis latentes, utilizou-se o método *PLS*. A significância das associações foi obtida através do método de reamostragem *Bootstrap* (EFRON, 1979).

A proporção da variabilidade dos constructos propostos explicada pelo modelo foi obtida através do Coeficiente de Determinação (R^2), que é uma medida de adequação do modelo estrutural (TENENHAUS et al., 2010). Já a variabilidade média extraída (AVE) foi utilizada para avaliar a adequação do modelo de mensuração, ou seja, a variabilidade dos constructos explicada pelas variáveis indicadoras (TENENHAUS et al., 2010).

Além destas características, determinou-se a validade convergente, validade discriminante e a confiabilidade das escalas de medidas. O critério de validade convergente foi avaliado segundo a variância média extraída (AVE), através das cargas fatoriais do modelo descreveu-se a validade discriminante e a confiabilidade foi verificada através da confiabilidade composta (TENENHAUS et al., 2010).

A avaliação geral do modelo PLS foi realizada segundo a proposta de Tenenhaus, Amato e Vinzi (2004), que propuseram um índice de adequação do modelo (*Goodness of Fit, GoF*), que basicamente é a média geométrica

entre o R^2 médio (adequação do modelo estrutural) e a AVE média (adequação do modelo de mensuração) (TENENHAUS et al., 2010).

Para determinar se as associações encontradas são estatisticamente significativas, utilizou-se o nível de significância de 5%. Assim consideraram-se como significativas relações cuja probabilidade de significância do teste, p-valor, é menor ou igual a 0,05.

3.8 Cooperativa em estudo.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários do Grupo Suggar Ltda (Coopcred) foi fundada no dia 23 de janeiro de 1995, em Assembleia Geral de Constituição, por vinte quatro associados-fundadores. (ATO CONSTITUIÇÃO, 1995)

A Cooperativa atua de forma autônoma, sem vínculo com qualquer entidade de classe representativa patronal. Desde sua fundação, sua sede fica na Rua Jerônimo Marcucci, nº 97, bairro Olhos D'água, Belo Horizonte.

A Coopcred é uma instituição financeira. Como tal, tem como principal produto a concessão de empréstimos. A diferença entre uma entidade financeira clássica e a Coopcred é que cooperado é o “dono” da cooperativa e se beneficia dessa condição com juros baixos, rendimentos maiores do seu capital e atendimento personalizado. A Coopcred consiste na união dos profissionais e colaboradores do Grupo Suggar e de suas empresas coligadas, sob a forma de Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo.

A estrutura das cooperativas, independente da atividade desenvolvida, segundo a Lei 5.764/1971, que trata da Política Nacional de Cooperativismo, traz em sua estrutura operacional e estatutária: Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, dois conselhos, sendo um Administrativo e o outro Fiscal, e uma Diretoria Executiva, composta pelos membros do Conselho de Administração (BRASIL, 1971).

A Assembleia Geral dos cooperados das cooperativas poderá ser ordinária ou extraordinária. Trata-se do órgão supremo da cooperativa, com poderes, nos limites da lei e do estatuto social, com liberdade para tomar qualquer decisão de interesse social. Os cooperados, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e as metas de trabalho em conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a cooperativa. As decisões tomadas nas assembleias se estendem a todos os cooperados, ainda que ausentes ou discordantes (BRASIL, 1971).

O Conselho de Administração de uma cooperativa, conforme preceitua Brasil (1971), compõe-se de seis membros, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo cinco efetivos e um suplente. Compete ao Conselho de Administração planejar e traçar as normas para as operações da cooperativa e controlar os resultados, respeitando os limites da lei e atendendo às recomendações da Assembleia Geral, além de escolher entre os conselheiros eleitos o diretor-presidente, o diretor-administrativo e o diretor-financeiro, que compõem a Diretoria Executiva.

O conselho fiscal é composto por seis membros, sendo três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de um ano. Compete ao Conselho Fiscal fiscalizar as ações da cooperativa, examinando livros e documentos (BRASIL, 1971).

De acordo com o disposto em Brasil (1971) incumbe a Diretoria Executiva as determinações do Conselho de Administração, com o auxílio de assessorias contratadas, da gerência e do quadro de funcionários, em suas áreas específicas: Comunicação Social, Assessoria Jurídica, Assessoria Contábil, Assessoria Econômica e Financeira e Informática.

O órgão controlador das cooperativas de crédito, de acordo com a Lei 5.764/71, que trata da Política Nacional de Cooperativismo, é o Banco Central do Brasil (Bacen), utilizando de instrumentos legais, amparados na legislação própria e em resoluções, e por meio de instrumentos operacionais na recepção de arquivos eletrônicos contábeis e de crédito (BRASIL, 1971).

O próximo capítulo tem o propósito de apresentar e analisar os resultados da pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo é dedicado à apresentação e análise dos resultados da pesquisa, no qual se discutem as informações gerais obtidas por meio da técnica de coleta de dados e o contexto de atuação da organização a que se vinculam os entrevistados. Primeiramente, apresenta-se a caracterização da amostra, seguindo-se a análise exploratória dos dados.

4.1 Caracterização da amostra

A caracterização da amostra foi realizada com base na análise univariada das informações contidas no questionário, visando à descrição dos funcionários pesquisados, segundo suas características sociodemográficas. Essas informações são importantes para determinar o perfil geral do grupo estudado.

Com base na TAB. 1, é possível perceber que a faixa etária predominante dos pesquisados figura entre 18 e 24 anos (38%), seguindo-se aquela entre 31 e 45 anos (27%).

Tabela 1 - Distribuição segundo a faixa etária

Faixa etária	Frequência	Percentual	Percentual Ac.
Entre 18 e 24 anos	50	38,2	38,2
Entre 25 e 30 anos	28	21,4	59,5
Entre 31 e 34 anos	35	26,7	86,3
Acima de 45 anos	18	13,7	100,0
Total	131	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados, apurados 72,5% dos pesquisados pertencem ao gênero masculino. No que concerne ao estado civil, os dados demonstraram que 57,3% dos pesquisados não são casados.

Quanto à presença ou não de filhos, a TAB. 2 revela que 59,5% não possuem filhos; 20,6% possuem dois filhos; e 16,8% possuem somente um.

Tabela 2 - Distribuição dos funcionários pesquisados em relação ao número de filhos

Número de filhos	Frequência	Percentual	Percentual Ac.
0	78	59,5%	59,5
1	22	16,8%	76,3
2	27	20,6%	96,9
3	3	2,3%	99,2
4	1	0,8%	100,0
Total	131	100,0	-

Fonte: Dados da Pesquisa

No que se refere ao grau de escolaridade dos respondentes, a TAB. 3 aponta que 65,1% possuem ensino médio completo. Quando se adiciona o resultado 12,5% que só possuem ensino fundamental, o percentual eleva-se para mais de 77,5% do total de pessoas pesquisadas. Destaca-se que dois funcionários não responderam a esta questão.

Tabela 3 - Distribuição dos entrevistados, segundo a escolaridade

Escolaridade	Frequência	Percentual	Percentual Ac.
Ensino Fundamental	16	12,4	12,4
Ensino Médio	84	65,1	77,5
Ensino Superior Incompleto	13	10,1	87,6
Ensino Superior Completo	14	10,9	98,4
Pós graduação	2	1,6	100,0
Total	129	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa

Vilain e Pereira (2013) identificaram que advogados com nível de estudo elevados tendem a contrair mais dívidas, o que leva a crer que falta o coeficiente controle financeiro para essa categoria. Portanto, não há relação direta entre endividamento e nível de escolaridade, e sim uma relação com nível de conhecimento em finanças, que exerce influência positiva nas tomadas de decisões (LUCCI et al., 2006).

A TAB. 4 mostra que o tempo de atuação na empresa para 45% dos entrevistados está compreendido entre um e quatro anos, seguindo aqueles, que atuam na empresa há menos de um ano, com 24%.

Quando se somam o período de menos de um ano e o de um a quatro anos, o percentual de atuação na empresa eleva-se para 68,7% para o período máximo de quatro anos.

Tabela 4 - Distribuição dos entrevistados segundo tempo de atuação na empresa

Tempo	Frequência	Percentual	Percentual Ac.
Menos de 1 ano	31	23,7%	23,7
Entre 1 e 4 anos	59	45,0%	68,7
Entre 5 e 10 anos	15	11,5%	80,2
Mais de 10 anos	26	19,8%	100,0
Total	131	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação ao tempo de associação dos pesquisados à cooperativa, conforme dados dispostos na TAB. 5, tem-se que 46,6% são associados entre um e quatro anos e 24,4%, há menos de um ano. Considerando conjuntamente o percentual de menos de um ano e o de um a quatro anos, o percentual eleva-se para 71%.

Tabela 5 - Distribuição dos entrevistados segundo tempo de associação à cooperativa

Tempo	Frequência	Percentual	Percentual Ac.
Menos de 1 ano	32	24,4	24,4
Entre 1 e 4 anos	61	46,6	71,0
Entre 5 e 10 anos	14	10,7	81,7
Mais de 10 anos	24	18,3	100,0
Total	131	100,0	-

Fonte: Dados da pesquisa

No quesito distribuição dos entrevistados segundo a frequência de visitas à cooperativa de crédito, apurou-se que 56,6% fazem visitas esporádicas à cooperativa; 42% fazem visitas mensais; e 1,5% visitam a cooperativa diariamente.

Em relação aos dados apurados na TAB. 1, na TAB 2 e na TAB. 3, os resultados corroboram com o estudo de Ponchio (2006) ao identificar que

existe relação entre endividamento e gênero, idade e escolaridade. Os jovens, segundo Richins (2004), tendem a contrair mais dívidas se comparados com os mais velhos.

No que tange à TAB. 1 e à TAB. 4, tem-se que o tempo de empresa coincide com a conclusão de Frankenberg (1999, p. 31) de que o planejamento financeiro consiste em "estabelecer e seguir uma estratégia que permita acumular bens e valores que formarão o patrimônio de uma pessoa ou família". Nesse sentido, confiar em uma fonte fixa de provimento é uma característica de um planejamento financeiro no que tange à formação de patrimônio.

A próxima seção tem por objetivo apresentar a análise exploratória da pesquisa.

4.2 Análise exploratória

Nesta seção, apresentam-se os resultados da análise exploratória da pesquisa.

4.2.1 Características dos distúrbios financeiros a partir da abordagem de Klontz e Klontz (2011)

4.2.1.1 Identificação e tratamento de Missings

Nas questões levantadas no estudo para avaliar a educação financeira em cooperativas de crédito não foram identificados *missings*, isto é, dados faltantes, em nenhuma das questões. Assim, prosseguiu-se com a avaliação da existência de *outliers*.

4.2.1.2 Identificação e tratamento de outliers

Esta análise foi realizada com o intuito de identificar pontos discrepantes em relação à massa de resultados obtidos pela pesquisa. Um *outlier* é definido como um ponto extremo, ou ponto anormal, em relação aos demais.

Neste estudo, o *outlier* foi definido como sendo um ponto maior ou menor que a média das respostas na questão estudada acrescida ou subtraída de três vezes o desvio padrão. Assim, valores abaixo ou acima dos níveis obtidos foram considerados como *outliers*.

Em todas as questões observadas foram identificados 17 valores extremos, *outliers*, o que representa 0,5% da massa total de dados. Inicialmente, avaliou-se a possibilidade de estes representarem erro de coleta ou digitação, o que não foi confirmado. Além disso, foram realizadas análises sem estes pontos, o que não provocou alteração no resultado final. Considerando este fato, decidiu-se manter estes pontos na análise, tendo em vista que eles não modificam o padrão dos resultados. Então, não representam erro. A seção a seguir trata da caracterização das variáveis latentes do estudo.

4.2.1.3 Caracterização das variáveis latentes

Esta seção trata da descrição das respostas obtidas para cada uma das questões utilizadas para avaliar as variáveis comportamentais na propensão de endividamento, a fim de caracterizar a percepção geral sobre cada um dos itens estudados.

A avaliação foi realizada com base na nota média obtida em cada um dos itens que compõem as questões e em seu respectivo intervalo, com 95% de confiança (IC 95%), a fim de determinar a tendência geral de resposta dos entrevistados com uma margem de erro específica.

No caso das escalas, valores muito altos relacionados com notas elevadas, indicaram concordância com a questão proposta e valores muito baixos, com notas mais baixas, indicando discordância. Itens cujo intervalo de confiança para a média esteja acima do ponto médio da escala foram considerados como favoráveis à afirmativa, tendo em vista que, em média, com 95% de confiança as respostas obtidas são positivas.

De outro lado, respostas cujo intervalo esteja abaixo do ponto médio da escala indicaram tendência a respostas desfavoráveis à afirmativa. Já itens em que o intervalo de confiança contém o ponto médio foram considerados como indefinição na resposta.

4.2.1.4 Avaliação da rejeição ao dinheiro

Esta seção trata da avaliação dos itens que compõem a rejeição ao dinheiro. Para tanto, construiu-se a TAB. 6, contendo os valores obtidos para a média da nota atribuída a cada um dos itens, de acordo com a percepção dos pesquisados, com seu respectivo intervalo com 95% de confiança. A partir da análise da TAB. 6, apurou-se que 66% dos pesquisados tendem a discordar de quatro afirmações, 17% tendem a concordar com uma. Para 17% dos pesquisados em uma das questões esse construto é indiferente.

Tabela 6 - Média e IC 95% para os itens da rejeição ao dinheiro.

Questão	Média	IC 95%	
Meu valor como Pessoa é igual ao meu valor Financeiro.	1,66	1,48	1,85
As coisas seriam melhores se eu tivesse mais dinheiro.	4,08	3,91	4,26
O dinheiro que não ganhei não é realmente meu. Deus cuida dos "pardais". Se eles não precisam se preocupar, por que eu deveria.	2,86	2,60	3,11
Desfrutar de uma herança ou seguro é o mesmo que dizer que estou feliz pela morte de alguém.	1,53	1,34	1,71
Você pode ter amor ou dinheiro, mas não pode ter os dois.	1,77	1,57	1,97
Seu parceiro presta pouca ou nenhuma atenção às finanças da família.	2,37	2,15	2,60

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que o maior índice de concordância foi obtido na afirmação de que as coisas seriam melhores se tivessem mais dinheiro, com média de 4,08, IC 95% de 3,91 a 4,26. O menor resultado foi vinculado à afirmação de que desfrutar de uma herança ou seguro é o mesmo que dizer que estou feliz pela morte de alguém, com média de 1,53, IC 95% de 1,34 a 1,71.

A seção a seguir apresenta os resultados obtidos a partir da avaliação dos itens que compõem a adoração ao dinheiro.

Os resultados obtidos foram relevantes, pois, de acordo com Klontz Klontz (2011), a rejeição financeira é, de certa forma, uma dissociação ao dinheiro; ou seja, uma forma de afastar-se emocionalmente ou mentalmente de uma situação perturbante. As pessoas cuja autoestima foi afetada são propensas a esse distúrbio financeiro, sentindo-se indignas e não merecedoras de uma vida considerada como boa, inclusive em relação ao dinheiro (KLONTZ KLONTZ, 2011). A partir dos resultados obtidos da pesquisa, nota-se que os pesquisados tendem a não concordar com os itens sobre rejeição ao dinheiro. Por conseguinte, as características não influenciam o endividamento dos cooperados.

4.2.1.5 Avaliação da adoração ao dinheiro

Nesta seção, foram estudados os itens utilizados para mensurar a adoração ao dinheiro.

A TAB. 7 apresenta os resultados da média da nota atribuída a cada um dos itens na percepção dos entrevistados, com seu respectivo intervalo com 95% de confiança.

Foi possível verificar que dentre os itens utilizados para mensurar a adoração ao dinheiro, em 50% os respondentes tendem a concordar com as afirmações; em 42% dos itens os pesquisados tendem a concordar em um item. Em 8%, os pesquisados não concordam nem discordam.

O maior índice de concordância foi obtido na afirmação de que é preciso trabalhar para garantir que se tenha dinheiro, com média de 4,60 e IC 95% de 4,46 a 4,74. O menor índice de concordância esteve relacionado à afirmação de que o pesquisado nunca será capaz de pagar pelas coisas que realmente quer na vida, com média de 1,74 e IC 95% de 1,54 a 1,94.

Tabela 7 - Média e IC 95% para os itens da adoração ao dinheiro

Questão	Média	IC 95%	
Mais dinheiro/bens me farão mais feliz.	3,51	3,28	3,74
Não se deve confiar em ninguém no que se refere a dinheiro.	3,07	2,83	3,31
Nunca terei dinheiro o suficiente.	2,15	1,92	2,39
Dinheiro traz dinheiro.	3,70	3,46	3,93
Ter segurança é chato.	2,02	1,80	2,25
A vida é curta; viva um pouco	3,44	3,16	3,71
Se alguém tem que ganhar muito dinheiro que seja eu.	3,46	3,22	3,70
Se eu continuar tentando, meu dia vai chegar.	4,34	4,14	4,53
Tenho que trabalhar, para garantir que tenha dinheiro.	4,60	4,46	4,74
Se eu não trabalhar muito, vão pensar que sou um preguiçoso.	2,68	2,44	2,92
Nunca serei capaz de pagar pelas coisas que realmente quero na vida.	1,74	1,54	1,94
Gastar com alguém é como se demonstra amor.	2,27	2,04	2,50

Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange à avaliação do item da adoração ao dinheiro, a partir da média obtida, percebeu-se que os pesquisados tendem a concordar que atribuem ao dinheiro uma importância desproporcional, o que coincide com os apontamentos de Klontz (2011) ao afirmar que os indivíduos compartilham uma linha comum no fato de que todos nascem de preceitos que equiparam o dinheiro à segurança, ao valor próprio e/ou à felicidade.

Klontz et al. (2011), com base em uma amostra de 422 indivíduos, obteve um nível de concordância em 72 crenças relacionadas com o dinheiro. Isso permitiu identificar quatro padrões relacionados ao dinheiro e crenças distintas, como: a) evasão de dinheiro; b) adoração dinheiro; c) status de dinheiro; e d) dinheiro de vigilância.

Diante dos achados, infere-se que os resultados deste estudo podem ser úteis aos profissionais interessados em identificar com rapidez e precisão se as crenças de dinheiro de seus clientes podem exercer um impacto negativo na saúde financeira.

Os resultados da pesquisa revelam que os pesquisados tendem a concordar com os itens da adoração ao dinheiro. Por conseguinte, as características podem influenciar o endividamento dos cooperados.

Na seção a seguir apresentam-se os resultados obtidos com a avaliação dos distúrbios financeiros relacionais.

4.2.1.6 Avaliação do item distúrbios financeiros relacionais

Expõem-se nesta seção os itens que compõem os distúrbios financeiros relacionais. Para tanto, calculou-se a média da nota atribuída a cada um dos itens, de acordo com a percepção dos pesquisados, e seu respectivo intervalo, com 95% de confiança.

Diante desses dados, foi possível perceber que os entrevistados tendem a discordar com 50% dos itens utilizados para mensurar os distúrbios financeiros relacionais, concordar com 25% dos itens utilizados e nem discordar e nem concordar com 25% dos itens (TAB. 8).

Tabela 8 - Média e IC 95% para os itens dos distúrbios financeiros relacionais

Questão	Média	IC 95%	
O ato de comprar fora do orçamento mensal previsto, omitir sobre itens comprados com o marido ou mulher pode ser considerado como infidelidade no casamento.	2,64	2,39	2,89
Usar o dinheiro como mecanismo de controle dos filhos pode ser considerado como uma prática efetiva na educação.	<u>2,86</u>	<u>2,60</u>	<u>3,13</u>
Os pais que distribuem dinheiro aos filhos sem ter plenas condições financeiras para fazê-lo podem ser considerados uma pratica comum.na educação.	2,27	2,03	2,50
Os pais podem criar uma dependência financeira no momento que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos.	3,41	3,17	3,65

Fonte: Dados da pesquisa.

O maior índice foi obtido na afirmação de que os pais podem criar uma dependência financeira na medida em que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos, com média de 3,41 e IC 95% de 3,17 a 3,65. O menor índice foi relacionado à afirmação de que os pais que distribuem dinheiro aos filhos sem possuir plenas condições financeiras para fazê-lo podem ser considerados como uma prática comum na educação, nunca será capaz de pagar pelas coisas que realmente quer na vida, com média de 2,27 e IC 95% de 2,03 a 2,50.

Os resultados alcançados permitem inferir que os entrevistados que concordam que os pais podem criar uma dependência financeira na medida que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos corroboram com as pesquisas de Klontz et al. (2012) ao afirmarem que o dinheiro possui relação com comportamentos desordenados capazes de impedir o progresso em direção às metas financeiras. Objetivam, também, criar uma ferramenta de avaliação para ser usada por profissionais de saúde mental e financeiros.

Contudo, para os outros entrevistados não existe relação direta dos distúrbios financeiros relacionais, cujas características são facilitação e dependência financeira, segundo Klontz e Klontz (2011).

Quanto à afirmação de Klontz e Klontz (2011) de que os distúrbios relacionais podem causar malefícios à vida emocional e financeira de outras pessoas, além da própria vida, os dados da pesquisa dos entrevistados indicam que eles tendem a não se enquadrar nestas características.

A seguir descrevem-se os itens relacionados ao estilo de vida financeira.

4.2.1.7 Avaliação do item do estilo de vida financeira

Esta seção trata do estudo dos itens que compõem o estilo de vida financeira, com base na percepção dos pesquisados. Calculou-se a média da nota atribuída a cada um dos itens, com seu respectivo intervalo com 95% de confiança.

A TAB. 9 descreve os resultados obtidos.

Tabela 9 - Média e IC 95% para os itens do estilo de vida financeira

Questão	Média	IC 95%	
Você administra bem os seus recursos para tirar o melhor proveito do que possui.	4,24	4,05	4,43
Você compromete o lazer, educação, alimentação, e outros, para economizar e ter um padrão de vida modesta.	2,67	2,40	2,94
A família concordaria aplicar a sobra do mês em poupança ou em outro investimento.	4,24	4,05	4,44

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se perceber que os pesquisados tendem a discordar com dois terços dos itens utilizados para mensurar o estilo de vida financeira. O maior índice foi obtido na afirmação de que a família concordaria em aplicar a sobra do mês em poupança ou em outro investimento, com média de 4,24 e IC 95% de 4,05 a 4,44. O menor índice obtido foi relacionado à afirmação sobre o comprometimento com lazer, educação, alimentação e outros para economizar e ter um padrão de vida modesta, com média de 2,67 e IC 95% de 2,40 a 2,94.

A seguir procede-se à descrição do item utilizado para mensurar a propensão potencial em se adquirir dívida.

4.2.1.8 Avaliação do item de propensão em se adquirir dívida

Na questão se dívidas gerando dívidas pode contribuir para um estresse financeiro, utilizada para mensurar a propensão potencial de adquirir dívida, os resultados apontaram que, em geral, os entrevistados tendem a concordar com a afirmativa de que “dívida gerando dívida” poderá contribuir para um estresse financeiro, mostrando menor propensão ao endividamento, com resultado médio de 4,42 e IC variando de 4,21 a 4,63, com 95% de confiança.

Ribeiro et al. (2014) pesquisaram a valorização que os consumidores atribuem às mensagens e fontes de informação sobre dinheiro, consumo, crédito, dívida e poupança. Os dados levantados demonstraram que os depoentes concordam que o quesito “dívida gerando dívida” pode contribuir para o estresse financeiro. Esse resultado vem ao encontro da pesquisa realizada por Slomp (2008) ao afirmar que um fator que tem contribuído para o alto nível de endividamento no Brasil é a elevação do crédito, junto com o estímulo ao consumo, criando com isso um problema de cunho social da denominada “sociedade de consumo”.

Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que os pesquisados tendem a concordar com os itens de propensão em se adquirir dívida. Por conseguinte, as características podem influenciar o endividamento dos cooperados.

A próxima subseção apresenta as características comportamentais financeiras do modelo em relação à propensão de assumir risco de endividamento.

4.3 Características comportamentais financeiras do modelo em relação à propensão de assumir risco de endividamento

4.3.1 Modelo de equações estruturais

Utilizou-se a modelagem de equações estruturais, via método *Partial Least Squares* (PLS), para avaliar as variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados, a fim de identificar os fatores que determinam significativamente a propensão ao endividamento.

Neste estudo, foram descritas cinco variáveis latentes, explicadas por 26 variáveis indicadoras. Nas seções seguintes, apresentam-se as hipóteses do estudo, bem como o diagrama de caminhos, o modelo de mensuração e o modelo estrutural estimados via PLS.

4.3.2 Hipóteses de estudo

Para a estimação do modelo de equações estruturais, a princípio, foi necessário levantar as hipóteses de pesquisa, descritas a seguir:

- **H1:** Os distúrbios relacionados à rejeição do dinheiro influenciam a propensão ao endividamento.

- **H2:** Os distúrbios relacionados à adoração do dinheiro influenciam a propensão ao endividamento;
- **H3:** Os distúrbios financeiros relacionados influenciam na propensão ao endividamento;

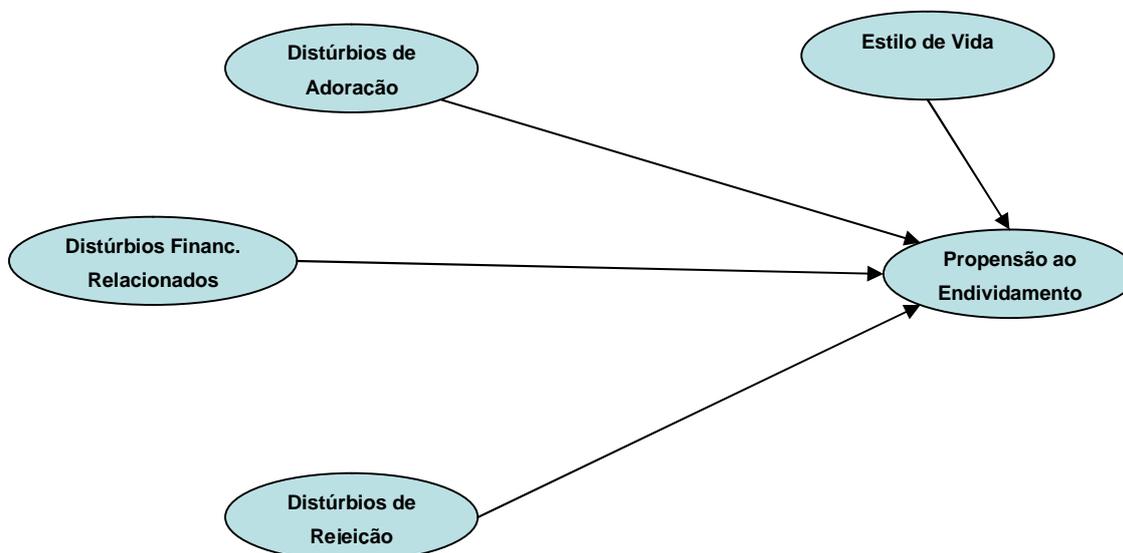
- **H4:** As características de estilo de vida influenciam a propensão ao endividamento.

4.3.4 Diagrama de caminhos

O diagrama de caminhos é uma representação gráfica que descreve as relações causais existentes entre as diversas variáveis do estudo, com base nas hipóteses levantadas pela pesquisa.

A partir das hipóteses levantadas, construiu-se o diagrama de caminhos descrito pela FIG. 2, que mostra as relações causais entre as variáveis utilizadas para medir os fatores que determinam a propensão à obtenção de dívidas.

Figura 2 - Diagrama de caminhos



Fonte: Elaborada pelo autor.

Na próxima seção, descrevem-se as características comportamentais dos cooperados que influenciam o endividamento pessoal.

4.4 Características comportamentais dos cooperados que influenciam o endividamento pessoal.

Nesta seção, apresentam-se os resultados obtidos para o modelo de mensuração proposto e o modelo estrutural.

4.4.1 Modelo de mensuração

O modelo de mensuração avalia a relação entre as variáveis manifestas (itens do questionário) e os construtos estudados, indicando a magnitude dessa relação e sua tendência e significância.

A TAB.10 apresenta as cargas fatoriais obtidas para as questões dos construtos propostos.

A esse respeito, percebeu-se que as cargas fatoriais obtidas para os itens utilizados para mensurar as variáveis latentes, em geral, apresentam valores mais elevados, em módulo, justamente nestas questões. Estes dados permitem concluir que existe adequação das questões às variáveis latentes e validade discriminante do modelo.

Tabela 10 - Modelo fatorial

(continua)

Construto	Questão	Rejeição	Adoração	Relacionais	Estilo de Vida
Rejeição	Q9	0,153	-0,022	0,128	0,109
	Q10	0,121	0,140	0,021	0,012
	Q11	0,770	-0,010	0,117	0,000
	Q12	0,697	0,094	-0,019	0,051
	Q13	0,021	0,031	0,076	0,217
	Q14	0,258	0,113	0,022	0,222
Adoração	Q18	0,079	0,607	0,201	-0,029
	Q19	0,088	0,113	-0,101	-0,070
	Q20	-0,020	-0,201	-0,077	0,103
	Q21	-0,008	0,624	0,183	-0,182
	Q22	0,124	0,260	-0,036	0,043
	Q23	0,114	0,654	0,134	-0,232
	Q24	-0,006	0,324	0,028	-0,006
	Q25	0,010	0,331	0,054	-0,017
	Q26	-0,002	0,262	0,046	-0,082
	Q27	-0,025	0,201	0,111	0,026
	Q28	-0,100	0,383	0,124	0,039
	Q29	0,036	0,097	0,042	0,001

Relacionais	Q30	0,085	0,374	0,546	-0,274
	Q31	0,131	0,037	0,184	-0,001
	Q32	0,095	0,055	0,184	-0,028

Tabela 10 - Modelo fatorial

(conclusão)

Construto	Questões	Rejeição	Adoração	Relacionais	Estilo de Vida
	Q33	-0,003	0,091	0,823	-0,138
Estilo de Vida	Q15	-0,034	0,069	0,201	-0,488
	Q16	0,057	-0,163	-0,137	0,822
	Q17	0,108	0,132	0,242	-0,548

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software SmartPLS.

É importante esclarecer que a única exceção encontrada consiste no caso dos itens utilizados para mensurar a rejeição, mais especificamente os itens Q10 e Q3, que apresentam cargas mais elevadas nos itens de adoração e estilo de vida, respectivamente.

A seção a seguir apresenta o modelo estrutural.

4.4.2 Modelo estrutural

O objetivo do modelo estrutural é avaliar as inter-relações entre os constructos do modelo (variáveis latentes), com base nas hipóteses levantadas pela pesquisa, indicando a magnitude dessa relação e sua tendência e significância da mesma.

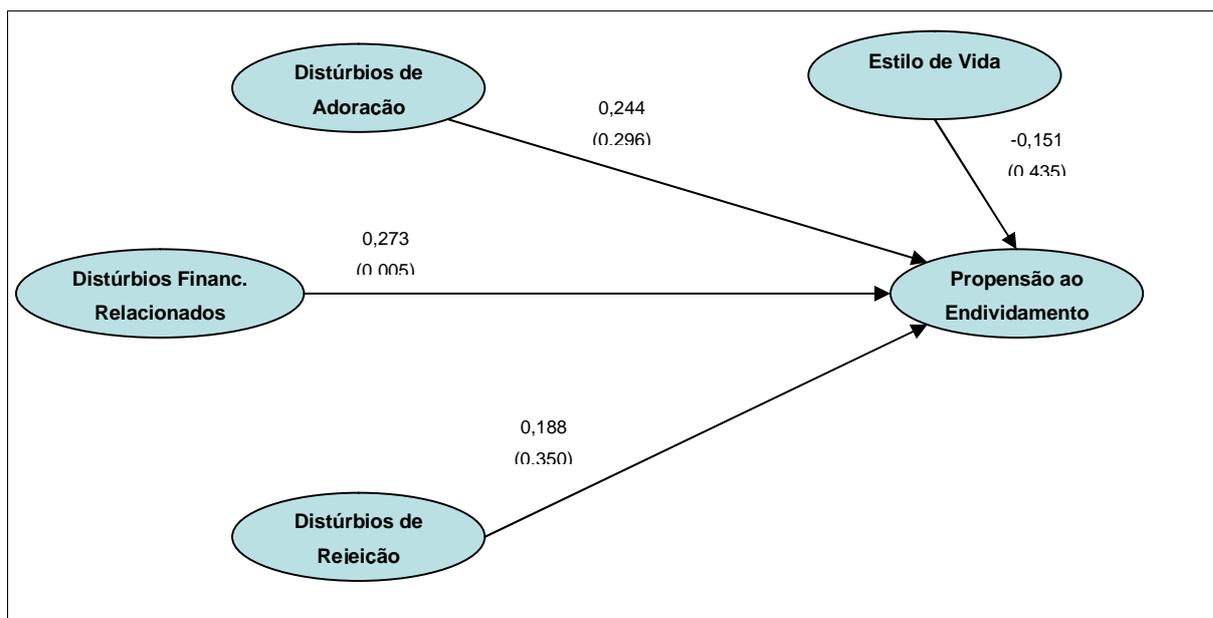
Diante desse contexto, esta seção trata da descrição dos resultados obtidos para o modelo estrutural proposto.

A FIG. 3 apresenta o modelo estrutural estimado, com os coeficientes e sua significância estimada por meio de simulações *bootstrap*.

A partir da análise da FIG. 3, foi possível observar que os distúrbios financeiros relacionais influenciam de forma significativa a propensão ao endividamento,

sendo este impacto direto e moderado, de acordo com os coeficientes estimados e a probabilidade de significância obtida a partir das simulações *bootstrap*, com p-valores menores que 0,05. Assim, quanto maiores os distúrbios financeiros relacionais, maior a propensão ao endividamento (p-valor < 0,05).

Figura 3 - Modelo final



Fonte: Elaborada pelo autor

Destaca-se que todas as demais relações testadas não foram significativas, de forma que as características não se associam com a propensão de endividamento, sendo os p-valores maiores que 0,05 em todos estes casos.

No que se concerne às medidas de qualidade do modelo estimado, descrito na TAB. 11, que descreve a variância média extraída (AVE), o coeficiente de determinação estimado para cada um dos constructos do modelo e a confiabilidade composta para cada um dos constructos.

Tabela 11 - Medidas de qualidade do modelo estrutural

Construtos	AVE	R²	Conf.Composta
Rejeição	0,198	-	0,567
Distúrbios Financ. Relacionados	0,261	-	0,025
Adoração	0,150	-	1,000
Estilo de Vida	0,405	-	0,459
Propensão ao Endividamento	1,000	0,276	0,505

Fonte: Dados da pesquisa, resultados obtidos pelo software SmartPLS.

A validade convergente é avaliada por meio da variância média extraída (AVE), uma medida de qualidade do modelo de mensuração que mostra o quanto as variáveis manifestas explicam os construtos. Observou-se que os maiores valores foram observados para a propensão ao endividamento e o estilo de vida.

De outro lado, a rejeição, os distúrbios financeiros relacionais e a adoração são explicados em níveis mais baixos. Porém, também foram considerados satisfatórios, tendo em vista a complexidade do problema estudado.

Destaca-se que não foram observados problemas com relação à validade convergente, tendo em vista que a grande maioria dos itens utilizados para medir as variáveis latentes apresenta cargas fatoriais mais elevadas nas questões para as quais foram propostas, indicando validade discriminante.

Para avaliar a confiabilidade das escalas do modelo estrutural, utilizou-se a confiabilidade composta, tendo em vista as críticas relacionada ao uso do Alfa de Crombach na testagem de construtos dentro de um modelo estrutural (CHIN, 1998, p.320; BROWN, 2006; VEHKALAHTIN; PUNTANEN; TARKKONEN, 2006). Neste contexto, foram considerados satisfatórios os resultados acima de 0,6.

A partir da análise da TAB. 12, pode-se perceber que a confiabilidade composta ficou abaixo do esperado para a questão dos distúrbios financeiros relacionais e muito próximas do limiar para as demais características. Sugere-

se reavaliar as questões propostas, de forma a melhorar a confiabilidade das variáveis latentes indicadas.

Nesse âmbito, foi possível entender a capacidade explicativa do modelo estrutural (TAB.12) por meio do coeficiente de determinação, R^2 . O modelo estrutural foi capaz de explicar 27,6% da variabilidade da propensão ao endividamento.

Percebeu-se que, em relação à modelagem de equações estruturais, o PLS não otimiza a função global, diferentemente da modelagem em equações estruturais baseadas em covariâncias (LISREL), por exemplo, não existindo, portanto, índices de validação global do modelo, como o Qui-quadrado nos modelos LISREL (TENENHAUS; AMATO; VINZI, 2004; TENENHAUS; VINZI; CHATELIN; LAURO, 2005).

Tenenhaus, Amato e Vinzi (2004) propõem um índice de adequação do modelo (Goodness of Fit, GoF) que considera a média geométrica entre o R^2 médio (adequação do modelo estrutural) e a AVE média (adequação do modelo de mensuração).

Para o modelo da FIG. 3, o GoF foi de 0,334, sendo interpretado como se fosse um coeficiente de determinação (R^2) geral, que considera a adequação tanto do modelo de mensuração como do modelo estrutural. Assim, o modelo global é capaz de explicar 33,4% das relações do modelo de mensuração e do modelo estrutural.

A TAB. 12 apresenta um resumo com as respostas às hipóteses levantadas pela pesquisa, a partir dos resultados obtidos com o modelo de equações estruturais.

Tabela 12 - Sumário dos resultados do modelo de equações estruturais

Hipótese	Relação Avaliada	Coef.	P-valor	Decisão
H1	Os distúrbios relacionados à rejeição do dinheiro influenciam na propensão ao endividamento	0,188	0,350	Rejeita
H2	Os distúrbios relacionados à adoração do dinheiro influenciam na propensão ao endividamento	0,244	0,296	Rejeita
H3	Os distúrbios financeiros relacionados influenciam na propensão ao endividamento	0,273	0,005	Aceita
H4	As características de estilo de vida influenciam na propensão ao endividamento	-0,151	0,435	Rejeita

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise da TAB. 12 permite concluir que dentre todas as hipóteses levantadas, somente H3 não foi rejeitada. Assim, foi possível concluir que quanto maiores os distúrbios financeiros relacionais, maior a propensão ao endividamento.

Após a apresentação e análise dos resultados, a próxima seção tem por objetivo tecer as considerações finais sobre o estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo consistiu-se em investigar e analisar a influência dos distúrbios relacionados a finanças no perfil de endividamento pessoal dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos funcionários do Grupo Suggar Ltda.

Para a consecução do objetivo desta dissertação, foi realizado um estudo de caso, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, em que se procurou apurar as percepções dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos funcionários do Grupo Sugar Ltda. Os dados foram coletados por meio de *survey*.

Torna-se relevante ressaltar que o perfil dos entrevistados é formado, em sua maioria por jovens entre 18 e 24 anos, do sexo masculino, casados, sem filhos, com tempo de atuação na empresa variando entre um e quatro anos e com ensino médio completo.

As atenções deste estudo se voltaram para a educação financeira em cooperativas de crédito, buscando as variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados. Contudo, antes de chegar ao cerne do trabalho foi descrito o panorama econômico do País desde o fim da ditadura até a consolidação do Plano Real. Aliado a este panorama, foram mencionadas as fontes de receitas das instituições financeiras antes e depois do Plano Real, bem como a cultura de crédito existente daquela época. Considera-se que esta visão macro foi importante para inserir neste contexto o primeiro pilar deste trabalho, constituídas pelas cooperativas de crédito, com características peculiares em sua forma tanto organizacionais quanto social, assim como em termos de participação de seus associados na tomada de crédito.

Em razão do crescimento do movimento cooperativista, tais características tornaram-se uma forma de organização de grande relevância econômica e social para a contínua movimentação de massas populacionais no País.

Acredita-se que os resultados apresentados, a título de conclusão, são de grande valia por possibilitarem melhor compreensão da realidade do endividamento dos cooperados e a melhoria da qualidade da utilização do crédito disponível nestas entidades, para, com isso, desfazer o estresse do endividamento e enraizar a educação financeira nas camadas menos abastadas.

No que tange às características dos distúrbios financeiros a partir da abordagem de Klontz e Klontz, com relação à avaliação da rejeição ao dinheiro, verificou-se que o maior nível de concordância foi obtido na afirmação de que as coisas seriam melhores se os entrevistados tivessem mais dinheiro. A partir dos resultados obtidos com a pesquisa, nota-se que os pesquisados tendem a não concordar com os itens da rejeição ao dinheiro. Por conseguinte, as características não influenciam o endividamento dos cooperados.

Quanto à avaliação de adoração ao dinheiro, foi possível verificar que dentre os itens utilizados para mensurar a adoração ao dinheiro, em 50% os pesquisados tendem a concordar com as afirmações. O maior índice de concordância foi obtido na afirmação de que é preciso trabalhar para garantir que se tenha dinheiro, com média de 4,60 e IC95% de 4,46 a 4,74. A partir da média obtida, percebeu-se que os pesquisados tendem a concordar que atribuem ao dinheiro uma importância desproporcional, o que coincide com os apontamentos de Klontz (2011) ao afirmar que os indivíduos compartilham uma linha comum de que todos nascem de preceitos que equiparam o dinheiro à segurança, ao valor próprio e/ou felicidade.

Os resultados da pesquisa revelaram que os pesquisados tendem a concordar com os itens da adoração ao dinheiro. Por conseguinte, as características podem influenciar o endividamento dos cooperados.

Diante dos achados, infere-se que os resultados deste estudo podem ser úteis aos profissionais interessados em identificar com rapidez e precisão se as crenças de dinheiro de seus clientes podem exercer um impacto negativo na saúde financeira.

Na avaliação do item distúrbios financeiros relacionais, foi possível perceber que os entrevistados tendem a discordar com 50% dos itens utilizados para mensurar os distúrbios financeiros relacionais. O maior índice foi obtido na afirmação de que os pais podem criar uma dependência financeira na medida em que não discutem funcionamento do dinheiro com os filhos, com média de 3,41 e IC95% de 3,17 a 3,65.

Os resultados alcançados permitem inferir que os entrevistados que concordam que os pais podem criar uma dependência financeira na medida em que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos, corroboram com as pesquisas de Klontz et al. (2012) ao afirmarem que o dinheiro possui relação com comportamentos desordenados capazes de impedir o progresso em direção às metas financeiras. Objetivam, também, criar uma ferramenta de avaliação para ser usada por profissionais de saúde mental e financeiros.

Para os demais entrevistados, todavia, não existe relação direta dos distúrbios financeiros relacionais, cujas características são facilitação e dependência financeira, segundo Klontz e Klontz (2011).

Quanto à afirmação de Klontz e Klontz (2011) de que os distúrbios relacionais podem causar malefícios na vida emocional e financeira de outras pessoas, além da própria vida, os dados da pesquisa dos entrevistados indicam que eles tendem a não se enquadrarem nestas características.

No quesito avaliação do item do estilo de vida financeira, pôde-se perceber que os pesquisados tendem a discordar com dois terços dos itens utilizados para mensurar o estilo de vida financeira. O maior índice foi obtido na afirmação de que a família concordaria em aplicar a sobra do mês em poupança ou em outro investimento, com média de 4,24 e IC 95% de 4,05 a 4,44.

Na avaliação do item de propensão em se adquirir dívida, na avaliação sobre se dívida gerando dívidas pode contribuir para um estresse financeiro, utilizada para mensurar a propensão potencial de adquirir dívida, os resultados apontaram que, em geral, os entrevistados tendem a concordar com a

afirmativa de que dívida gerando dívida pode contribuir para um estresse financeiro, mostrando menor propensão ao endividamento, com resultado médio de 4,42 e IC variando de 4,21 a 4,63 com 95% de confiança.

Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que os pesquisados tendem a concordar com os itens de propensão em se adquirir dívida. Por conseguinte, as características podem influenciar o endividamento dos cooperados.

No que se concerne à avaliação das características comportamentais dos cooperados que influenciam o endividamento pessoa, percebeu-se que as cargas fatoriais obtidas para os itens utilizados para mensurar as variáveis latentes, em geral, apresentam valores mais elevados, em módulo, justamente nestas questões. Estes dados permitem concluir que existe adequação das questões às variáveis latentes e validade discriminante do modelo.

Observou-se que os distúrbios financeiros relacionais influenciam de forma significativa a propensão ao endividamento, sendo este impacto direto e moderado, de acordo com os coeficientes estimados e a probabilidade de significância obtida a partir das simulações *bootstrap*, com p-valores menores que 0,05. Assim, quanto maiores os distúrbios financeiros relacionais maior a propensão ao endividamento (p -valor < 0,05).

Percebeu-se, também, que, em a relação à modelagem de equações estruturais, o PLS não otimiza a função global, diferentemente da modelagem em equações estruturais baseadas em covariâncias (LISREL, por exemplo), não existindo, portanto, índices de validação global do modelo como o Qui-quadrado nos modelos LISREL.

Diante do contexto apresentado, conclui-se que quanto maiores os distúrbios financeiros relacionais maior a propensão ao endividamento.

Conclui-se também que o processo de alfabetização financeira no Brasil, segundo Savoia et al. (2006), ainda é incipiente por parte das entidades

públicas e privadas, o que leva o indivíduo a tomar decisões financeiras equivocadas.

A partir das análises, foi possível perceber que tanto o objetivo geral quanto os objetivos específicos desta dissertação foram alcançados.

Diante dos resultados apontados e por tratar-se de um estudo quantitativo descritivo, por meio de survey, pôde-se perceber que a dissertação traz como limitação a impossibilidade de levantar a totalidade das pesquisas realizadas com relação ao perfil de endividamento pessoal dos cooperados. Neste sentido, sugere-se: avaliar a percepção das pessoas não associadas à cooperativa em relação aos distúrbios financeiros; analisar a percepção dos associados de outros ramos de cooperativas em diferentes estados brasileiros e outros sistemas de cooperativas de crédito; verificar a percepção dos associados sobre a necessidade de reformulação e inclusão de novos construtos, para avaliar a educação financeira e o endividamento. Sugere-se, também ampliar a pesquisa, por meio de novos estudos, a outras cooperativas, a fim de comparar se há modificações nos resultados.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004. cap. 7. 203 p.

AMADEU, J. R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de Consumo e investimento**: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, 2009.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa Survey**. Trad. Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial literacy**: An overview of practice, research, and policy. Federal Reserve Bulletin, Estados Unidos, p. 445-457, nov./2002. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2002/1102lead.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BRESSAN, V. G. F., BRAGA, M. J., BRESSAN, A. A. **Avaliação financeira das cooperativas de crédito rural do Estado de Minas Gerais**. Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 5, n.2, p. 21-35. 2003.

BURIGO, E. C. R. **Análise do comportamento de funcionários de uma cooperativa de crédito em relação as suas finanças pessoais**. 41 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização). Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), Criciúma, 2011.

BRASIL. **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Brasília. Lei 5.764, de 31.12.1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislação>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

BROWN, T. A. **Confirmatory factor analysis for applied research**. USA: The Guilford Press, p. 337-345, 2006.

CASTANHEIRA, N. P. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 4ª ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

CHIN, W. W. The partial Least squares approach to structural equation Modeling. In: MARCOULIDES, G.A. (Ed.) **Modern Methods for Business Research**. USA: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., p. 295-336, 1998.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. trad. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DE PAULA, L. F. R.; ALVES JUNIOR, A. J.; MARQUES, M. B. L. **Ajuste patrimonial e desvio padrão de rentabilidade dos bancos privados no**

Brasil durante o Plano Real. Est. Econ., São Paulo, v. 31, n. 2, p85-319, Abril-Junho, 2001.

EFRON, B., Bootstrap methods: another look at the jackknife. *The Annals of Statistics* 7: 1-25. 1979.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro.** São Paulo: Thomson IOB, 2006.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro.** 12 ed., Rio de Janeiro: campus, 1999.

FREITAS, H. et al.; **O método de pesquisa survey.** *Revista de Administração:* v.35, n.3, p. 105-112, julho/setembro, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 184.

GIMENES, R. M. T. GIMENES, F. M. P. **Financiamento das necessidades líquidas de capital de giro em cooperativas agropecuárias:** uma investigação empírica sob a perspectiva do modelo de Fleuriet. *Revista da Faculdade Católica de Administração e Economia, Curitiba*, v. 8, n. 1, p. 103-115, janeiro/junho, 2005.

GONÇALVES, J. B. **Amostragem:** conceitos básicos. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAVCsAA/amostragem>>. Acesso em: 03 maio 2014.

GREENSPAN, A. Financial Literacy: A Tool for economic progress. **The Futurist**, v. 36, n. 4, p. 37-41, July-Aug. 2002.

HAIR, J. F. Jr. et al.; **Análise de dados multivariados.** 6. ed. Upper Saddle River: Prentice-Hall, 2009.

HOFFMAN, A. **Los gráficos en La gestiones.** Barcelona: Técnicos, 1994.

HOFFMANN, R. M.; MORO, M. L. F. **Educação matemática e educação financeira:** perspectivas para a ENEF. *Zetetiké. FE/Unicamp* – v. 20, n. 38. jul/dez, 2012.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD.** Eastern Europe and beyond. *The World Bank*, out/ 2005. Disponível em: <http://info.worldbank.org/etools/library/view_p.asp?205715>. Acesso em: 05 out. 2013.

KLONTZ, B.; KLONTZ, T. **A mente e o dinheiro:** o impacto das emoções em sua vida financeira. Traduzido por Cláudia Vassão Ruggiero. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2011.

MAGALHÃES, M. M.; LIMA, A. C. P.; Noções de Probabilidade e Estatística; 6ª edição, IME-USP, ED. USP, 2002.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. Trad. Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 494 p.

MATTA, R. O. B. **Oferta e demanda de informação financeira pessoal**: o Programa de Educação Financeira do Banco Central do Brasil e os universitários do Distrito Federal. 2007. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MINGOTI, S. A. **Análise de Dados Através de Estatística Multivariada**: uma abordagem aplicada. Primeira Edição, 2005. Editora UFMG.

MONTGOMERY, D. C.; PECK E. A.; VINING, G. G. A. Introduction to linear regression analysis. 5. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc. 2012.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. OEC. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias**: conceitos e estatísticas para sua avaliação. Centro de estudos sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, fev. 2002. Disponível em: <http://www.oec.fe.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf>. Acesso em: 08 de abr. 2014.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004, p.115.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. OCB –. **Números do cooperativismo brasileiro em 2013**. Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em 07 abr. 2014.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OCDE. Assessoria de Comunicação Social. **OECD's Financial Education Project**. OCDE, 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/>> Acesso em: 13 mar. 2014.

PEREIRA, G. M. G. **As personalidades do dinheiro**: como lidar com o dinheiro de acordo com seu estilo pessoal. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR (PEIC) – 2010, 2011 e 2012. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-8>> Acesso em: 10 jan. 2014.

PONCHIO, M. C.; ARANHA, F. Materialism as a predictor variable of low income consumer behavior when entering int installment plan agreements. **Journal of Consumer Behaviour**, [S.l.], v. 7, p.21-34, 2008.

RICHINS, M. L. The material values scale: measurement properties and development of a short form. **Journal of Consumer Research**, Chicago, v. 31, n. 1, p. 209-219, June 2004.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. Efeito Educação Financeira no Processo de Tomada de Decisões em Investimentos: um Estudo a Luz das Finanças Comportamentais. In: II Congresso ANPCONT, Salvador, 2008. **Anais Eletrônicos**...Disponível em: <<http://www.pablo.prof.ufu.br/artigos/anpcont2>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

SAITO, A.T.; SAVOIA, J. R. F.; PETRONI, L. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e Desenvolvimento econômico** – OCDE. IX SEMEAD. Administração no Contexto Internacional. Seminários em Administração FEA-USP, 2006.

SAITO, A. T. **Uma Contribuição ao Desenvolvimento da Educação em Finanças Pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, I. E. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa**. 5 ed. Niterói, RJ, 2005. 357 p.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, f. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de administração pública**, v. 41, n. 6, pp.1121-41, nov./dez. 2007.

SLOMP, J. Z. F. Endividamento e consumo. **Revista Relações de Consumo**, [S.I.], 2008. Disponível em: <http://procon.caxias.rs.gov.br/site/_uploads/publicações/publicação_4.pdf>. Acesso em: 13 out. 2011.

SOUZA, Francisco Heitor de M. **Estratégias do Banco Mundial e Definição de Políticas Educacionais no Brasil** 1. PUCVIVA, n. 14, São Paulo. Disponível em <www.apropucsp.org.br/revista/r14_rl4.htm>. Acesso em: 16 mai. 2014.

TENENHAUS, M.; AMATO, S.; VINZI, V.E. A Global Goodness-of-Fit index for PLS Structural Equation Modeling. In Atti della XLII Riunione Scientifica della Società Italiana di Statistica, Roma: 2004. Disponível em: <<http://www.sis-statistica.it/files/pdf/atti/RSBa2004p739-742.pdf>>. Acesso em: 10 Mai 2004.

TENENHAUS, M.; VINZI, V.E.; CHATELIN, Y.; LAURO, C.; PLS Path Modeling. *Computational Statistics & Data Analysis*, v. 48, p. 159-205, 2005.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um Modelo PLS-PM. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 18, n. 3, p. 718-746, 2012.

TRIOLA, Mario F.; Introdução à Estatística. Sétima Edição, 1998. Addison Wesley Longman, Inc.

VEHKALAHTIN, K.; PUNTANEN, S.; TARKKONEN, L. Estimation of reliability: a better alternative for Cronbach's alpha. Reports in Mathematics. Finland: University of Helsinki, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.

WERKEMA, M. C. C.; AGUIAR, S.; **Análise de regressão**: como entender o relacionamento entre as variáveis de um processo. Série Ferramentas da Qualidade, Volume 7. Primeira Edição, 1999. Fundação Christiano Ottoni.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOSHINAGA, C. E. ; OLIVEIRA R. F.; SILVEIRA A. D. M.; BARROS L. A. B. C. Finanças comportamentais: uma introdução. **Revista de Gestão USP**, v. 15, n. 3, p. 25-35,jul./set. 2008.

APÊNDICES

Apêndice A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado(a) Senhor(a):

Solicitamos sua colaboração na pesquisa "**Educação Financeira em Cooperativa de Crédito**: variáveis comportamentais na propensão de endividamento de seus cooperados". Trata-se de um trabalho científico-acadêmico, instrumento que busca colaborar para a elaboração de minha dissertação de Mestrado em Administração, pela Faculdade Novos Horizontes.

A coleta de dados da pesquisa será realizada no mês de setembro de 2014.

Convém ressaltar que os dados coletados serão instrumentos de pesquisa e serão mantidos o sigilo quanto à identificação do respondente e da empresa pesquisada. A análise dos dados e sua apresentação ficarão à disposição de cada entrevistado.

Destaca-se que a sua participação é fundamental para a realização do estudo.

Alex Lima Rocha
Mestrando

Wendel Alex Castro Silva
Orientador

Apêndice B: perfil do associado

Esta é uma pesquisa acadêmica, que tem como objetivo geral “Investigar e analisar a influencia dos distúrbios relacionados a finanças no perfil de endividamento pessoal dos cooperados da Cooperativa de Crédito Mútuo dos funcionários do grupo Suggar Ltda”.

Não há necessidade de identificação

Não existe resposta certa. O objetivo é apenas verificar o perfil e o grau de aderência do associado e não avaliá-lo.

Antecipadamente, agradecemos a sua colaboração.

Parte I - Dados sociodemográficos

1 Idade:_____ anos

2 Sexo: () Masculino () Feminino

3 Há quanto tempo é associado da Cooperativa de Crédito:

_____() meses () anos.

4 Grau de escolaridade:

() Ensino Fundamental () Ensino Médio (científico)

() Superior incompleto () Superior completo () Pós-graduação

5 Minha principal atividade econômica está na:

() Zona Rural () Zona Urbana

6 Vou pessoalmente à cooperativa:

() Mensalmente () Quinzenalmente () Semanalmente () Diariamente

7 Na sua percepção, é melhor ser correntista de um:

() Banco Público () Banco Privado () Cooperativa de Crédito

Apêndice C - Questionário sobre os distúrbios de rejeição ao dinheiro

Responda, assinalando com um 'X' na afirmativa que expresse a sua opinião
(continua)

Quesitos	Escala				
	(-)				(+)
	Discordo Totalmente	Discordo em partes	Indiferente	Concordo em partes	Concordo Totalmente
9	Meu valor como Pessoa é igual ao meu valor Financeiro.				
10	As coisas seriam melhores se eu tivesse mais dinheiro.				
11	O dinheiro que não ganhei não é realmente meu. Deus cuida dos "pardais". Se eles não precisão se preocupar, por que eu deveria.				
12	Desfrutar de uma herança ou seguro é o mesmo que dizer que estou feliz pela morte de alguém.				
13	Você pode ter amor ou dinheiro, mas não pode ter os dois.				
14	Seu parceiro presta pouca ou nenhuma atenção às finanças da família.				
15	Você administra bem os seus recursos para tirar o melhor proveito do que possui.				
16	Você compromete o lazer, educação, alimentação, e outros, para economizar e ter um padrão de vida modesta.				
17	A família concordaria aplicar a sobra do mês em poupança ou em outro investimento.				
18	Mais dinheiro/bens me farão mais feliz.				
19	Não se deve confiar em ninguém no que se refere a dinheiro.				
20	Nunca terei dinheiro o suficiente.				
21	Dinheiro traz dinheiro.				
22	Ter segurança é chato.				
23	A vida é curta; viva um pouco				
24	Se alguém tem que ganhar muito dinheiro que seja eu.				
25	Se eu continuar tentando, meu dia vai chegar.				
26	Tenho que trabalhar, para garantir que tenha dinheiro.				

Responda, assinalando com um 'X' na afirmativa que expresse a sua opinião
(conclusão)

Quesitos		Escala				
		(-)			(+)	
		Discordo Totalmente	Discordo em partes	Indiferente	Concordo em partes	Concordo Totalmente
27	Se eu não trabalhar muito, vão pensar que sou um preguiçoso.					
28	Nunca serei capaz de pagar pelas coisas que realmente quero na vida.					
29	Gastar com alguém é como se demonstra amor.					
30	O ato de comprar fora do orçamento mensal previsto, omitir sobre itens comprados com o marido ou mulher pode ser considerado como infidelidade no casamento.					
31	Usar o dinheiro como mecanismo de controle dos filhos pode ser considerado como uma pratica efetiva na educação.					
32	Os pais que distribuem dinheiro aos filhos sem ter plenas condições financeiras para fazê-lo, podem ser considerados uma pratica comum.na educação.					
33	Os pais podem criar uma dependência financeira no momento que não discutem o funcionamento do dinheiro com os filhos.					
34	Dívida gerando dívidas poderá contribuir para um estresse financeiro.					

Fonte: Adaptado de Klontz e Klontz (2011).